

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

**ITAPEMIRIM / ES
Dezembro/2017**

Wilson Marques Paz
Diretor Presidente

José Carlos Rodrigues Coutinho
Diretor Administrativo-Previdenciário

Alda Maria de Souza
Diretora Previdenciária

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos:

Elisa Gomes de Souza Moura – Presidente
Luciana Torres Pereira – Secretário
Edson Santa Rita Ramos
Emilson da Conceição Júnior
Cirley Moté de Souza
Luiz Roberto Silva
Clodoaldo Leal Ferreira

Membros Suplentes:

Alex Fabiano C. de Souza
José Alberto Bahiense Martins
Ronildo Hilário Gomes
Janes Luiz Carneiro
João Crisanto Araújo Candal
Carmen Motta Guerra
Genilson Marvila Mendes

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:

Gelson Pereira da Silva – Presidente
Waldemir Pereira Gama
Melquisedec da Silva Santos
Sara de Freitas Falcão
Neolan César B. Ribeiro

Membros Suplentes:

João Luiz Rocha da Silva
Antônio Dionizio dos Santos
Luiz Cláudio Nunes da Silva
Jadeilson Baiense Pinto
Wiliston B. Coutinho

COMITÊ DE INVESTIMENTO

Cirley Moté de Souza
José Carlos Rodrigues Coutinho
Luciana Torres Pereira

Missão

Administrar o Regime Próprio de Previdência Social do município de Itapemirim, a partir de uma gestão humana, participativa, transparente e com tecnologia atualizada.

Valores

Ética

Valorização das pessoas

Segurança e tranquilidade aos segurados

Responsabilidade socioambiental

Melhoria contínua

Contribuição ao desenvolvimento econômico-social do município de Itapemirim

Visão

Ser um referencial de equilíbrio previdenciário no âmbito municipal.

Meta

Difusão da Cultura Previdenciária no Município de Itapemirim.

Objetivos

Garantir aos segurados e dependentes, na conformidade da Lei nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011, as devidas prestações de natureza previdenciária, ou seja, informar e dar atendimento às situações relacionadas à aposentadoria e pensão, no âmbito municipal da Previdência Social.

APRESENTAÇÃO

O IPREVITA – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itapemirim-ES apresenta seu relatório anual de Prestação de Contas, o qual traz informações sobre o desempenho da autarquia no conjunto holístico de suas operações e ações que materializam os objetivos estratégicos nas dimensões econômica e social por meio das informações aqui reportadas.

O presente relatório foi elaborado, prioritariamente, para atender ao disposto na Instrução Normativa TCEES nº 43, de 05 de dezembro de 2017, onde é determinado que o Relatório de Gestão aborde os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.

Portanto, reunimos aqui os dados consolidados do IPREVITA referentes ao exercício de 2017 – compreendendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, e em alguns casos, evidenciamos também informações dos últimos cinco (5) anos.

Esclarecemos, ainda, que o processo de desenvolvimento/compilação das informações aqui apresentadas foi conduzido de forma multidisciplinar, com participação da equipe de diretores e servidores do Instituto.

Sobre o caráter de continuidade deste informativo, não houve modificações significativas de escopo ou abrangência em relação à versão anterior (exercício de 2016). Sempre que pertinente, serão apresentadas as devidas explicações sobre a atualização de dados ou mudança nos processos de mensuração.

1. DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Da Estrutura Organizacional

O Regime Próprio de Previdência Social de Itapemirim (RPPS) - criado pela Lei Municipal nº 1.079, de 28 de fevereiro de 1990, possui como unidade gestora o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itapemirim (IPREVITA) - instituído pela Lei Municipal nº 1.672, de 31 de dezembro de 2001, o qual foi reestruturado pela Lei Municipal nº 2.539, de 31 de dezembro de 2011, com personalidade jurídica de direito público, natureza autárquica, e autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com vistas a assegurar aos segurados e a seus dependentes as prestações de natureza previdenciária previstas em lei.

O RPPS engloba servidores públicos titulares de cargos efetivos e dependentes, consoante artigo 7º, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011.

É garantida a participação dos segurados nas instâncias de decisão do RPPS, em face dos dispostos nos artigos 70, 74 e 81, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011.

A estrutura técnico-administrativa do IPREVITA compõe-se dos seguintes órgãos:

- Conselho de Administração

- Diretoria Executiva
- Conselho Fiscal

Conselho de Administração - tratado no art. 69, e seguintes, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011, é o órgão de deliberação colegiada e de orientação superior do IPREVITA, ao qual incumbe fixar as políticas e as diretrizes gerais de administração, sendo composto por 7, (sete), membros titulares e respectivos suplentes, escolhidos dentre os servidores ativos e inativos, através de eleição direta por seus pares, nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de três anos, admitidas reconduções.

Compete ao Conselho de Administração eleger o seu Presidente e Secretário.

A competência do Conselho de Administração está definida no artigo 71, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011.

Diretoria Executiva - é o órgão superior de administração do IPREVITA, sendo composta por um Diretor-Presidente, de um Diretor Previdenciário e de um Diretor Administrativo-Financeiro, escolhidos pelos membros do Conselho de Administração e Fiscal, nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de três anos, admitidas reconduções.

A competência da Diretoria Executiva do IPREVITA está disciplinada no art. 76, e seguintes, da Lei Municipal nº. 2.539, de 30 de dezembro de 2011.

Conselho Fiscal- é o órgão de fiscalização da gestão do IPREVITA, sendo composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, escolhidos dentre os servidores ativos e inativos, através de eleição direta de seus pares, nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de três anos, admitidas reconduções.

Compete ao Conselho Fiscal eleger o seu Presidente.

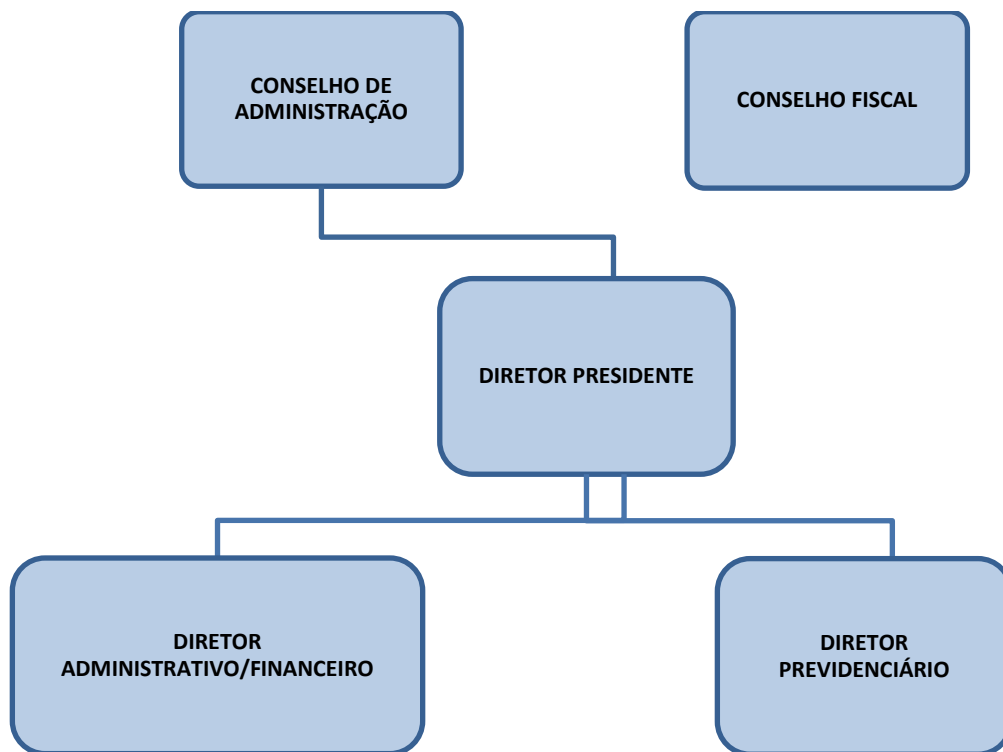
A competência do Conselho Fiscal está definida no art. 82, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011.

Importante ressaltar que os Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como da Diretoria Executiva, atuam voluntariamente, não recebendo qualquer vantagem pecuniária pelo exercício da função.

Acompanha este Relatório de Gestão a “Relação de Responsáveis pelo RPPS”, na qual estão discriminados os dados pessoais (nome, endereço, formação, telefone, e-mail e CPF), da Diretoria Executiva e dos membros integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal do IPREVITA.

Organograma

No organograma abaixo é possível visualizar a organização administrativa do IPREVITA:



Do Controle Interno

O Controle Interno do RPPS de Itapemirim é realizado pela Controladoria Geral do Município (CGM) - que dispõe apenas de um Controlador Geral, nomeado pelo Prefeito Municipal, sendo um cargo comissionado, não havendo nos quadros de pessoal o cargo de provimento efetivo.

A regulamentação da Controladoria Geral do Município se dá através da Lei Complementar Municipal nº 144, de 31 de maio de 2012, cujo controle é sobre toda a Administração Pública Municipal, ou seja, não só da administração direta, mas também da indireta, ou seja, das autarquias municipais.

Apesar da legislação acima citada determinar que o cargo de Controlador Geral do Município deverá ser preenchido preferencialmente por ocupante de carreira do cargo efetivo de Auditor Público Interno, não há no município servidor nesta qualidade.

Toda a documentação referente ao Planejamento estratégico, execução orçamentária, financeira e patrimonial do RPPS, assim como programas, objetivos e metas etc., são informados ao Controlador Geral do Município, através do Executivo, para avaliação e o respectivo controle.

Plano de Custeio do RPPS

As alíquotas de contribuição previstas para o ente estatal, os servidores ativos, inativos e os pensionistas, atualmente obedecem aos limites estabelecidos nos artigos 2º e 3º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Os percentuais de contribuição no RPPS de Itapemirim atualmente em vigor, conforme estabelecidos no art. 85, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011, são os seguintes:

- 11,00% para os servidores ativos, incidentes sobre a totalidade da remuneração;
- 11,00% para os servidores inativos e pensionistas, incidentes sobre a parcela do benefício que excede ao teto do INSS;
- 22,00% para o município, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos, a título de contribuição normal. (alterado pela Lei nº 2.839, de 18 de dezembro de 2014)

De acordo com o artigo 16, da Lei Municipal nº. 2.539, de 30 de dezembro de 2011, considera-se como base de cálculo das contribuições o valor constituído pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, ou quaisquer outras vantagens, incorporadas ou incorporáveis, na forma de legislação específica, percebidas pelo segurado; excetuadas as parcelas legalmente havidas por não tributáveis, as de caráter indenizatórias, e as temporárias, descritas nos incisos I a X do artigo em apreço.

Plano de Benefícios do RPPS

O RPPS de Itapemirim visa dar cobertura contra os riscos a que estão sujeitos os seus segurados e compreende benefícios que atendam à finalidade de garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada, inatividade e morte.

De acordo o artigo 26 da Lei Municipal nº 2.539 de 30 de novembro de 2011, o plano de benefícios do IPREVITA compreende os seguintes pagamentos:

I - Quanto ao servidor:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria voluntária por idade;

II - Quanto ao dependente:

a) pensão por morte.

Das Reuniões Realizadas no Exercício de 2017

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do RPPS fazem suas reuniões bimestrais, as quais seguem um cronograma pré-estabelecido, que na forma exigida pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, é divulgado nos meios de comunicação local e disponibilizado no site oficial do IPREVITA (www.iprevita.com.br), informando as datas, horário e locais das mesmas.

No decorrer do ano de 2017, houve 13 (treze) reuniões dos órgãos de deliberação colegiada, sendo: 06 (seis) reuniões do Conselho de Administração e 07 (sete) reuniões do Conselho Fiscal, senão vejamos:

REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

26/01/2017 às 15h15min – Reunião ordinária do Conselho de Administração, sob a presidência de Elisa Gomes de Souza Moura, tratando da aprovação das contas dos meses de julho a outubro de 2016, com exposição dos relatórios de evolução do patrimônio do RPPS, balancetes, contas correntes, investimentos e relatórios da consultoria financeira de investimentos.

07/03/2017 às 09h00min – Reunião ordinária do Conselho de Administração, sob a presidência de Elisa Gomes de Souza Moura, que por não ter nenhuma demanda do conselho executivo, não teve pauta para tratar.

09/05/2017 às 09h00min – Reunião ordinária do Conselho de Administração, sob a presidência de Elisa Gomes de Souza Moura, informou da aprovação das contas dos meses de novembro de dezembro do ano de 2016, e que por não ter nenhuma pauta para tratar, deu-se término a reunião.

11/07/2017 às 10h00min – Reunião ordinária do Conselho de Administração, sob a presidência de Elisa Gomes de Souza Moura, de modo a trazer conhecimento, pela aprovação ou não das contas do 1º e 2º bimestre/2017, destacando a evolução do patrimônio do IPREVITA, apresentação dos balancetes de receitas e despesas, conciliação bancárias de contas correntes e de investimentos, aprovando as prestações de contas do 1º e 2º Bimestres sem ressalvas.

12/09/2017 às 09h10min – Reunião ordinária do Conselho de Administração, sob a presidência de Elisa Gomes de Souza Moura, de modo a trazer conhecimento, pela aprovação ou não das contas do 3º bimestre/2017, destacando a evolução do patrimônio do IPREVITA, apresentação dos balancetes de receitas e despesas, conciliação bancárias de contas correntes e de investimentos, e que já foram aprovadas pelo Conselho Fiscal, aprovando as prestações de contas do 3º Bimestre sem ressalvas.

14/11/2017 às 09h15min – Reunião ordinária do Conselho de Administração, sob a presidência de Elisa Gomes de Souza Moura, de modo a trazer conhecimento, pela aprovação ou não das contas do 4º bimestre/2017 (julho e agosto), bem como da aprovação do calendário de reuniões para o próximo

exercício, visando cumprir o que estabelece à Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013 destacando a evolução do patrimônio do IPREVITA, apresentação dos balancetes de receitas e despesas, conciliação bancárias de contas correntes e de investimentos, e que já foram aprovadas pelo Conselho Fiscal, aprovando as prestações de contas do 4º Bimestre sem ressalvas. Foi solicitada que nas próximas prestações de contas seja juntada a demonstração do fluxo de caixa.

REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL:

10/01/2017 às 16h40min – Reunião ordinária do Conselho Fiscal, colocando à disposição dos conselheiros os seguintes documentos e relatórios: Balanço Patrimonial, Balancetes de Receitas e Despesas, Extratos Bancários, Conciliação Bancárias de Contas Correntes e de Investimentos, Relatórios da Assessoria e Consultoria Financeira de Investimentos, para análise e fiscalização dos balanços e balancetes mensais relativos ao quarto e quinto bimestres/2016 (julho, agosto, setembro e outubro), sendo aprovado por unanimidade.

28/03/2017 às 10h15min – Reunião ordinária do Conselho Fiscal, colocando à disposição dos conselheiros os seguintes documentos e relatórios: Balanço Patrimonial, Balancetes de Receitas e Despesas, Extratos Bancários, Conciliação Bancárias de Contas Correntes e de Investimentos, Relatórios da Assessoria e Consultoria Financeira de Investimentos, para análise e fiscalização dos balanços e balancetes mensais relativos ao sexto bimestre/2016 (novembro e dezembro), com a devida aprovação.

30/05/2017 às 10h10min – Reunião ordinária do Conselho Fiscal, colocando à disposição dos conselheiros os seguintes documentos e relatórios: Balanço Patrimonial, Balancetes de Receitas e Despesas, Extratos Bancários, Conciliação Bancárias de Contas Correntes e de Investimentos, Relatórios da Assessoria e Consultoria Financeira de Investimentos, para análise e fiscalização dos balanços e balancetes mensais relativos aos meses de Janeiro a Março/2017 (1º trimestre/2017), aprovados por unanimidade.

05/07/2017 às 10h20min – Reunião ordinária do Conselho Fiscal, colocando à disposição dos conselheiros os seguintes documentos e relatórios: Balanço Patrimonial, Balancetes de Receitas e Despesas, Extratos Bancários, Conciliação Bancárias de Contas Correntes e de Investimentos, Relatórios da Assessoria e Consultoria Financeira de Investimentos, para análise e fiscalização dos balanços e balancetes mensais relativos aos meses de Março e Abril/2017 (2º trimestre/2017), aprovados por unanimidade.

31/08/2017 às 10h05min – Reunião ordinária do Conselho Fiscal, colocando à disposição dos conselheiros os seguintes documentos e relatórios: Balanço Patrimonial, Balancetes de Receitas e Despesas, Extratos Bancários, Conciliação Bancárias de Contas Correntes e de Investimentos, Relatórios da Assessoria e Consultoria Financeira de Investimentos, para análise e fiscalização dos balanços e balancetes mensais relativos aos meses de maio e junho/2017 (3º trimestre/2017), aprovados por unanimidade.

08/11/2017 às 10h50min – Reunião ordinária do Conselho Fiscal, colocando à disposição dos conselheiros os seguintes documentos e relatórios: Balanço Patrimonial, Balancetes de Receitas e Despesas, Extratos Bancários, Conciliação Bancárias de Contas Correntes e de Investimentos, Relatórios da Assessoria e Consultoria Financeira de Investimentos, para análise e fiscalização dos balanços e balancetes mensais relativos aos meses de Julho a Agosto/2017 (4º trimestre/2017), aprovados por unanimidade.

20/12/11/2017 às 10h50min – Reunião ordinária do Conselho Fiscal, colocando à disposição dos conselheiros os seguintes documentos e relatórios: Balanço Patrimonial, Balancetes de Receitas e Despesas, Extratos Bancários, Conciliação Bancárias de Contas Correntes e de Investimentos, Relatórios da Assessoria e Consultoria Financeira de Investimentos, para análise e fiscalização dos balanços e balancetes mensais relativos aos meses de Setembro e Outubro/2017 (5º trimestre/2017), aprovados por unanimidade.

Destacamos também, as reuniões realizadas pela Diretoria Executiva, que também são divulgadas na forma exigida pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013. Nestas, estão contempladas a participação de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, Servidores e convidados – especificamente, a presença de representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itapemirim (SINDSERV), como vemos abaixo:

16/02/2017 às 15h15min – Reunião ordinária da Diretoria Executiva com o Conselho de Administração e Fiscal do IPREVITA, incluindo o comitê de investimentos; que trataram da apresentação do Relatório de Gestão de 2016 que será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado. Os conselheiros presentes passaram a examinar e analisar a prestação de contas do ordenador de despesas, os balancetes de receita e despesa, os extratos de contas correntes, os extratos de contas de investimentos, os demonstrativos dos investimentos observados os seus limites de enquadramento, os desempenhos e as rentabilidades dos fundos de investimentos, o cumprimento da política de investimentos, os repasses das contribuições previdenciárias dos entes, os repasses para amortização do déficit atuarial, o Relatório de Auditoria Direta da Secretaria de Políticas Previdenciária Social/Ministério da Fazenda, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o Extrato Externo do Regime Previdenciário do Município de Itapemirim e outros documentos e, após examinarem e analisarem toda a documentação mencionada, manifestaram-se favoravelmente, tendo por unanimidade, deliberado pela aprovação da prestação de contas do exercício de 2016, conforme dispõe a Lei Municipal nº 2.539/2011. O Diretor Presidente apresentou alguns informes gerais, dando término a reunião.

25/05/2017 às 09h15min – Reunião ordinária da Diretoria Executiva com o Conselho de Administração e Fiscal, cujas tratativas se deram inicialmente com um breve relatório de prestação de contas do primeiro trimestre do exercício 2017. O Diretor Administrativo-Financeiro José Carlos Rodrigues Coutinho apresentou tópicos sobre a aplicação dos recursos do IPREVITA, apresentando Relatório elaborado pela empresa contratada Mais Valia Ltda – que presta serviço de Assessoria e Consultoria Financeira ao Iprevita. Em seguida o Diretor Presidente apresentou o resultado da Avaliação Atuarial 2017, tendo como mês base Dezembro/2016. Por fim, o Diretor Presidente ressaltou que a origem do déficit é a

consequência do tempo em que o Município ficou sem constituir reserva quando ainda não tinha sido implantado o Regime Próprio de Previdência e apresentou alguns informes gerais.

31/05/2017 às 09h15min – Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva com o Conselho de Administração e Fiscal, convocada por ocasião da última reunião ordinária ocorrida no último dia 25, cujas tratativas foram sobre a estrutura administrativa do IPREVITA, com o novo plano de cargos e salários dos servidores, com novos valores básicos salariais, o aumento do número de vagas dos cargos já existentes.

28/09/2017 às 09h15min – Reunião ordinária da Diretoria Executiva com o Conselho de Administração e Fiscal, convocados pelo Diretor Presidente Wilson Marques Paz, através do Ofício-Circular nº 0207/2017, com participação do Presidente do SINDSERV – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itapemirim cujas tratativas se deram inicialmente com a análise da Prestação de Contas do 4º Bimestre, a partir dos quais os conselheiros presentes puderam observar a evolução patrimonial do IPREVITA, das receitas arrecadadas e despesas pagas no período, o controle da taxa de administração, bem como a perspectiva da disponibilidade da taxa de administração para o próximo exercício, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, em atendimento à Portaria MPS 345/09, o tópico apresentado pelo Diretor Administrativo-Financeiro José Carlos Rodrigues Coutinho foi sobre a aplicação dos recursos do IPREVITA, que apresentou o Relatório elaborado pela empresa contratada Mais Valia Ltda. O Diretor Presidente apresentou alguns informes gerais, dando término a reunião.

07/12/2017 às 09h15min – Reunião ordinária da Diretoria Executiva com o Conselho de Administração e Fiscal, convocados pelo Diretor Presidente Wilson Marques Paz, através do Ofício-Circular nº 0256/2017, com participação do Presidente do SINDSERV – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itapemirim. Os trabalhos foram iniciados com a apresentação de relatórios referentes à Prestação de Contas do 5º Bimestre, a partir dos quais os conselheiros presentes puderam observar a evolução patrimonial do IPREVITA, as receitas arrecadadas e despesas pagas no período, o controle da taxa de administração, bem como a perspectiva da disponibilidade da taxa de administração para o próximo exercício que foi aprovado por unanimidade. O tópico apresentado pelo Diretor Administrativo-Financeiro José Carlos Rodrigues Coutinho foi sobre a aplicação dos recursos do IPREVITA, que apresentou o Relatório elaborado pela empresa contratada Mais Valia Ltda. – e presta serviço de Assessoria e Consultoria Financeira ao IPREVITA, falando um pouco sobre a atual situação econômica do Brasil e fez uma perspectiva do mercado para um futuro próximo. Aproveitando, apresentou também esclarecimentos quanto à proposta da Política de Investimentos para o Exercício de 2018. O Diretor Presidente apresentou alguns informes gerais, dando término à reunião.

Da Atualização da Base Cadastral dos Segurados ativos

Em 2015, com base nas Leis Complementares nº 183/2014, 184/2014, 185/2014 e 186/2014, que tratam respectivamente, da alteração do Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Quadro Geral, da Guarda Civil, do Magistério e da Saúde, o Município atualizou a base cadastral dos segurados ativos conforme determinado no artigo 16 das respectivas leis. Considerando que as referidas leis são enfáticas ao afirmar que o enquadramento do cargo dar-se-á mediante opção irretratável do respectivo titular, dentro do prazo

de 60 (sessenta) dias a contar da publicação do edital convocatório, na forma do Termo de Opção constante do Anexo VII das mesmas Leis.

Assim, o Município de Itapemirim através do Decreto nº 8.511/2015, publicado no Diário Oficial do Município em data de 07 de janeiro de 2015, convocou todos os servidores do quadro geral que estavam na ativa, para efetuarem a opção pelo enquadramento previsto nas leis complementares acima citadas, determinando para tanto em seu § 4º do art. 4º:

§ 4º O servidor para efetuar o enquadramento deverá estar munido com cópia autenticada dos seguintes documentos quando não acompanhados do original:

- a) Cédula de identidade;*
- b) CPF;*
- c) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável (quando for o caso);*
- d) Certidão de Nascimento dos dependentes (quando for o caso); e) Comprovante de escolaridade (incluindo cursos de pós-graduação, mestrado ou doutorado);*
- f) Comprovante de residência atualizado;*
- g) Título de Eleitor acrescido do comprovante de votação da última eleição;*
- h) Dados para contato (Telefone, Celular, e-mail dentre outros).*

Saliente-se que todos os dados são disponibilizados ao RPPS pela municipalidade, de forma que estão sendo sempre atualizados.

No caso de professor da rede municipal de ensino, a identificação se o mesmo atua exclusivamente nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental ou médio etc., ocorre de acordo com a Lei Complementar nº 185/2014, que possui o mesmo regramento.

Do Recadastramento dos Inativos e Pensionistas

As ações referentes ao recadastramento dos inativos e pensionistas em 2017 foram realizadas com base na Portaria nº 12, de 16 de março de 2017 - que regulamentou o art. 99-A a Lei Municipal nº 2.539/2011, de 30 de dezembro de 2011.

O recadastramento dos aposentados e pensionistas é realizado todos os anos, no mês de abril, procedimento em que é necessário que o beneficiário se apresente na sede do IPREVITA, durante o horário de funcionamento, portando os seguintes documentos:

- Documento de identidade com foto;
- Comprovante de residência (mínimo de três meses);
- Comprovante de inscrição no PIS (Programa de Integração Social) ou PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) ou NIT (Número de Inscrição do Trabalhador) – caso possua;
- Certidão de nascimento dos dependentes menores de 21 anos (se houver);

Destaca-se que, por motivo de saúde, qualquer dos beneficiários que não possa comparecer pessoalmente à sede do IPREVITA, o mesmo poderá nomear representante legal portando documento com foto e procuração emitida há menos de 12 meses com poderes para tal mister ou agendar uma visita domiciliar para a realização do recadastramento no local onde se encontra o beneficiário.

Importante ressaltar que o IPREVITA noticia o recadastramento por vários meios: mensagens nos contracheques, ligações telefônicas, mensagens via celular, via rádio FM e pelo site próprio IPREVITA, bem como de outros meios de grande visibilidade no Município de Itapemirim.

Além das informações acima contidas e levadas a conhecimento público, o IPREVITA também disponibiliza outras informações da mesma natureza, como por exemplo: caso não compareçam ou informem às situações que o impeçam de comparecer, os benefícios serão suspensos na folha de pagamento do mês seguinte.

2. DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS

Durante o exercício de 2017 foram concedidas 11 aposentadorias, sendo: 08 Aposentadorias Voluntárias por Idade e Tempo de Contribuição e 03 Aposentadoria por Idade Proporcional ao Tempo de Contribuição, além de 03 Pensões por Morte.

Todos os atos de concessão dos benefícios foram publicados no Informativo Oficial do Município de Itapemirim - Criado pela Lei Municipal nº 1.928/05 e Regulamentado pelo Decreto nº 2.671/05. Dando assim, a publicidade legal, conforme exigência do Tribunal de Contas do Estado, através da Instrução Normativa TCEES nº 31, de 02 de setembro de 2014.

IPREVITA EM NÚMEROS:

- **Evolução do número de segurados do Regime Próprio de Previdência Social de Itapemirim.**

CATEGORIA	2013	2014	2015	2016	2017
Ativos	1.207	1.340	1.341	1325	1408
Inativos	73	74	85	103	110
Pensionistas	49	56	60	62	63
TOTAL	1.329	1.470	1.486	1.490	1.581

- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Itapemirim.**

BENEFÍCIOS	2013	2014	2015	2016	2017
Aposentadoria por Invalidez	06	08	10	09	08

Aposentadoria Compulsória	05	05	09	08	08
Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição	58	57	62	81	86
Aposentadoria por Idade	04	04	04	05	08
Pensão por Morte	49	56	60	62	65
TOTAL	122	130	145	165	173

- **Evolução dos valores dispendidos com o pagamento dos benefícios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Itapemirim.**

BENEFÍCIOS	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Aposentadoria por Invalidez	97.579,91	153.086,78	265.944,34	265.036,73	236.359,14	1.018.006,90
Aposentadoria Compulsória	78.373,85	84.403,14	135.262,78	137.506,77	141.798,56	577.345,10
Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição	1.866.527,99	2.958.710,83	3.895.174,78	5.291.126,86	6.161.457,17	20.172.997,63
Aposentadoria por Idade	61.263,04	66.182,40	96.280,35	95.918,59	139.223,14	458.867,52
Pensão por Morte	752.438,14	915.831,78	1.693.214,31	1.794.648,42	1.905.753,15	7.061.885,80
TOTAL	2.856.182,93	4.178.214,93	6.085.876,56	7.584.237,37	8.584.591,16	29.891.102,95

- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com reajuste atribuídos aos servidores ativos – COM PARIDADE.**

BENEFÍCIOS	2013	2014	2015	2016	2017
Aposentadoria	69	69	76	94	99
Pensão por Morte	43	44	47	49	49
TOTAL	112	113	123	143	148

- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com reajuste na mesma data em que decorrer a atualização dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – SEM PARIDADE.**

BENEFÍCIOS	2013	2014	2015	2016	2017
Aposentadoria	05	05	09	09	11
Pensão por Morte	05	09	12	13	14
TOTAL	10	14	21	22	25

- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com pendência de registro junto ao TCEES - aguardando providências no RPPS.**

BENEFÍCIOS	2013	2014	2015	2016	2017
Aposentadoria por Invalidez	0	0	0	0	0
Aposentadoria Compulsória	0	0	0	0	0
Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição	0	0	0	0	0
Aposentadoria por Idade	0	0	0	0	0
Pensão por Morte	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0

- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com pendência de registro junto ao TCEES - aguardando providências no TCEES.**

BENEFÍCIOS	2013	2014	2015	2016	2017
Aposentadoria por Invalidez	0	0	3	0	01
Aposentadoria Compulsória	0	0	3	0	01
Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição	2	0	4	20	26
Aposentadoria por Idade	0	0	0	2	02
Pensão por Morte	0	1	6	3	09
TOTAL	2	1	16	25	39

- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos que foi registrado junto ao TCEES.**

BENEFÍCIOS	2013	2014	2015	2016	2017
Aposentadoria por Invalidez	2	0	0	0	0
Aposentadoria Compulsória	0	0	0	0	0
Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição	4	2	6	0	9
Aposentadoria por Idade	0	0	0	0	0
Pensão por Morte	3	6	1	0	3
TOTAL	9	8	7	0	12

- **Números de servidores Vinculados ao IPREVITA (*):**

ÓRGÃO	INATIVOS	PENSIONISTAS
Prefeitura Municipal	36	40
Câmara Municipal	-	-
Autarquia SAAE	06	04
TOTAL	42	44

* A Constituição Federal, em seu artigo 40, § 20, acrescentado pela Emenda Constitucional n. 41/2003, veda a existência de mais de uma unidade gestora do respectivo Regime Próprio de Previdência em cada ente estatal. Vedação que já vigora pela Lei Nacional n. 9.717 de 1998. No Município de Itapemirim, com advento da Lei Municipal n. 2.166/2008, os servidores inativos e pensionistas do Poder Executivo, Legislativo e da Autarquia SAAE, que obtiveram os seus benefícios concedidos antes da criação do IPREVITA, em 31/12/2001, passaram a receber os seus proventos de aposentadoria e pensão através do IPREVITA. Ficando mantida a responsabilidade do Tesouro Municipal pelo pagamento do benefício, nos termos da Lei Municipal n. 2.539/2011.

• **Números de servidores Vinculados ao IPREVITA (**):**

ÓRGÃO	INATIVOS	PENSIONISTAS
Prefeitura Municipal	20	01
Câmara Municipal	-	-
Autarquia SAAE	-	-
TOTAL	20	01

** A Lei Municipal n.2539/2011, em seu artigo 7º, inciso III, acrescentado pela Lei n. 2778/2014, incluiu como segurado do RPPS de Itapemirim, o servidor estável abrangido pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ficando a responsabilidade do Tesouro Municipal pelo pagamento do benefício, nos termos do art. 96-A da mesma lei.

3. DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O COMPREV tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões, visando atender à Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999 e ao Decreto nº 3.112, de 6 de julho de 1999, alterado pelo Decreto nº 3.217, de 22 de Outubro de 1.999 e a Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de Dezembro de 1.999.

Embora ainda não esteja recebendo os repasses, o IPREVITA possui acordo de cooperação técnica para a operacionalização da compensação previdenciária, mediante Convênio firmado entre a Secretaria de Política de Previdência Social - recentemente incorporado ao Ministério da Fazenda X INSS X Município de Itapemirim X IPREVITA, que vigorará enquanto houver obrigações financeiras decorrentes da compensação previdenciária - Processo nº 44000.005497/2010-16.

4. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O regime previdenciário tem caráter contributivo e solidário, sendo financiado mediante contribuição dos poderes e órgãos, bem como dos servidores ativos, inativos e pensionistas, sendo administrado com base em critérios técnicos que visam a preservar sua solvência, seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Os recursos previdenciários devem ser utilizados somente para pagamento dos benefícios previdenciários e com a taxa de administração.

Receitas Estimadas 2017		
Lei nº4.320/64 (Artigo 2º, parágrafo 1º, inciso III)		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
Receitas de Contribuições		
72102901000	Contribuição Patronal – Servidor Ativo Civil	10.000.000,00
12102907000	Contribuição do Servidor Ativo Civil p/ RPPS.	5.000.000,00
12102909000	Contribuição do Servidor Inativo Civil p/ RPPS.	100.000,00
12102911000	Contribuição de Pensionista Civil p/ RPPS.	10.000,00
Receita Patrimonial		
13281000000	Rem. Invest. RPPS – Renda Fixa.	15.000.000,00
13282000000	Rem. Invest. RPPS – Renda Variável.	1.500.000,00
13283000000	Rem. Invest. RPPS – Fundos Imobiliários.	300.000,00
Outras Receitas Correntes		
19120100000	Multas e Juros de Mora da Contribuição p/ o Fin. Seg. Social.	5.000,00
13250299000	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Não Vinculados	5.000,00
19221001000	Compensação Financeira entre o RGPS e o RPPS – Principal.	20.000,00
79122901000	Multas e Juros de Mora Contribuição Patronal p/ o RPPS.	100.000,00
19129900000	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições.	50.000,00
19909900999	Outras Receitas.	50.000,00
TOTAL		32.140.000,00

Fonte: LOA 2016 (Quadro Discriminativo da Receita)

Os programas estabelecidos pelo IPREVITA para o exercício 2016 contemplavam, basicamente, pela natureza da unidade gestora, o pagamento dos benefícios e a manutenção das atividades do IPREVITA.

Quadro de Detalhamento da Despesa		
Exercício 2017		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR PREVISTO
2.002	Manutenção das Atividades do IPREVITA	
31900400000	Contratação por Tempo Determinado.	10.000,00
31900500000	Outros Benefícios Previdenciários do RPPS.	5.000,00
31901100000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	600.000,00
31901300000	Obrigações Patronais.	5.000,00
31901600000	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil.	15.000,00
31909200000	Despesas de Exercícios Anteriores.	5.000,00
31911300000	Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	100.000,00
33900800000	Outros Benefícios Assistenciais.	100.000,00
33901400000	Diárias - Pessoal Civil.	60.000,00

3390300000	Material de Consumo.	20.000,00
3390320000	Material de Distribuição Gratuita.	20.000,00
3390330000	Passagens e Despesas com Locomoção.	20.000,00
3390350000	Serviços de Consultoria.	50.000,00
3390360000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.	50.000,00
3390370000	Locação de Mão de Obra.	10.000,00
3390390000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	200.000,00
3390910000	Sentenças Judiciais.	20.000,00
3390920000	Despesas de Exercícios Anteriores.	5.000,00
3390930000	Indenizações e Restituições.	70.000,00
4490510000	Obras e Instalações.	50.000,00
4490520000	Equipamentos e Material Permanente.	30.000,00
4490610000	Aquisição de Imóveis.	200.000,00
2.003	Pagamentos de Benefícios	
31900100000	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	15.000.000,00
31900300000	Pensões.	3.000.000,00
31911300000	Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	5.000,00
31900500000	Outros Benefícios Previdenciários.	5.000,00
33900800000	Outros Benefícios Assistenciais.	20.000,00
33909200000	Despesas de Exercícios Anteriores.	30.000,00
9.997	Reservas do RPPS	
99999900000	Reserva de Contingência.	8.000.000,00
9.999	Reserva de Contingência	
99999900000	Reserva de Contingência	4.435.000,00
TOTAL		32.140.000,00

Análise dos Resultados

Nos termos da Lei Municipal nº 2.971, de 20 de dezembro de 2016, o orçamento do IPREVITA para o exercício de 2017, estimou a Receita e fixou a Despesa em R\$ 32.140.000,00 (trinta e dois milhões, cento e quarenta mil, reais).

RECEITA

A receita apurada **apresentou uma insuficiência de arrecadação** (receita prevista – receita arrecadada) no valor de R\$ 1.643.516,22 (um milhão, seiscentos e quarenta e três mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos), assim distribuída:

DISCRIMINAÇÃO	ESTIMADA	ARRECADADA
Receitas Correntes	R\$ 22.040.000,00	R\$ 20.736.940,56
Receitas Correntes – Operações Intraorçamentárias	R\$ 10.100.000,00	R\$ 9.759.543,22
TOTAL	R\$ 32.140.000,00	R\$ 30.496.483,78

Fonte: Balanço Orçamentário – anexo 12

DESPESA

Na execução da despesa orçamentária, **verificou-se a ocorrência de economia** de R\$ 22.786.451,19 (vinte e dois milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos), como segue:

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTA	PAGA
Manutenção das Atividades do IPREVITA	R\$ 1.645.000,00	R\$ 722.740,78
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	R\$ 18.060.000,00	R\$ 8.630.808,03
Reserva de Contingência	R\$ 4.435.000,00	-
Reserva do RPPS	R\$ 8.000.000,00	-
TOTAL	R\$ 32.140.000,00	R\$ 9.353.548,81

Fonte: Balanço Orçamentário – anexo 12

No decorrer do exercício foi realizado 01 Crédito Adicional Suplementar, por meio do Decreto nº 11.572/2017 – retificado pelo Decreto nº 12.623/2017, o qual não provocou nenhum acréscimo no valor global da despesa autorizada, haja vista que representou apenas remanejamento de dotação orçamentária.

- **Análise do comportamento das receitas arrecadadas, evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, nos últimos cinco exercícios.**

DISCRIMINAÇÃO	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)
Contribuição Patronal – Servidor Ativo Civil	3.098.387,45	3.306.363,29	7.743.221,48	8.573.655,19	9.711.697,04
Contribuição do Servidor Ativo Civil p/ RPPS.	2.373.634,77	2.733.892,97	3.960.859,13	4.286.956,04	4.855.848,55
Contribuição do Servidor Inativo Civil p/ RPPS.	3.440,94	3.826,68	20.844,62	43.525,00	56.535,33
Contribuição de Pensionista Civil p/ RPPS.	-	-	-	-	863,73
Rem. Invest. RPPS – Renda Fixa.	2.724.963,81	9.255.782,00	7.680.896,03	15.920.297,77	13.215.380,25
Rem. Invest. RPPS – Renda Variável.	-	931.340,64	1.179.999,18	1.722.000,19	2.188.485,59
Rem. Invest. RPPS – Fundos Imobiliários.	8.910,95	74.134,84	131.812,12	432.103,02	418.069,22
Multas e Juros de Mora da Contribuição p/ o Fin. Seg. Social.	6.679,44	437,19	-	-	-
Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Não Vinculados	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre o RGPS e o RPPS – Principal.	-	-	-	-	-

Multas e Juros de Mora Contribuição Patronal p/ o RPPS.	-	-	32.884,77	126.918,43	47.846,18
Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições.	-	-	-	-	-
Diversas Restituições	-	-	-	-	-
Outras Receitas.	8.667,22	-	1.558,23	11.676,70	1.757,89
Dedução de Receita	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL	8.224.684,58	16.305.777,61	20.752.075,56	31.117.132,34	30.496.483,78

- **Análise do comportamento das despesas empenhadas, liquidadas e pagas, evidenciadas por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, nos últimos cinco exercícios.**

2013

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA (R\$)	LIQUIDADADA (R\$)	PAGA (R\$)
Despesa Corrente			
Manutenção das Atividades do IPREVITA	384.609,34	384.609,34	384.609,34
Contratação por Tempo Determinado.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários do RPPS.	-	-	-
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	139.414,06	139.414,06	139.414,06
Obrigações Patronais.	-	-	-
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	15.003,11	15.003,11	15.003,11
Outros Benefícios Previdenciários	680,22	680,22	680,22
Outros Benefícios Assistenciais.	11.871,65	11.871,65	11.871,65
Diárias - Pessoal Civil.	27.950,00	27.950,00	27.950,00
Material de Consumo.	9.962,51	9.962,51	9.962,51
Material de Distribuição Gratuita.	-	-	-
Passagens e Despesas com Locomoção.	6.188,94	6.188,94	6.188,94
Serviços de Consultoria.	7.200,00	7.200,00	7.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.	26.585,53	26.585,53	26.585,53
Locação de Mão de Obra.	-	-	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	129.108,92	129.108,92	129.108,92
Sentenças Judiciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	247,02	247,02	247,02
Indenizações e Restituições.	-	-	-
Obras e Instalações.	1.954,38	1.954,38	1.954,38
Equipamentos e Material Permanente.	8.443,00	8.443,00	8.443,00

Aquisição de Imóveis.	-	-	-
Pagamentos de Benefícios	2.856.182,93	2.856.182,93	2.856.182,93
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	2.096.966,53	2.096.966,53	2.096.966,53
Pensões.	751.415,89	751.415,89	751.415,89
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários.	7.800,51	7.800,51	7.800,51
Outros Benefícios Assistenciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Reservas dos Regimes Próprios de Previdência social	-	-	-
Reserva de Contingência.	-	-	-
TOTAL	3.240.792,27	3.240.792,27	3.240.792,27

2014

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA (R\$)	LIQUIDADADA (R\$)	PAGA (R\$)
Despesa Corrente			
Manutenção das Atividades do IPREVITA	508.492,06	508.492,06	508.492,06
Contratação por Tempo Determinado.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários do RPPS.	1.156,67	1.156,67	1.156,67
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	229.368,33	229.368,33	229.368,33
Obrigações Patronais.	-	-	-
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	25.134,97	25.134,97	25.134,97
Outros Benefícios Assistenciais.	35.824,12	35.824,12	35.824,12
Diárias - Pessoal Civil.	35.435,00	35.435,00	35.435,00
Material de Consumo.	11.250,24	11.250,24	11.250,24
Material de Distribuição Gratuita.	-	-	-
Passagens e Despesas com Locomoção.	13.968,31	13.968,31	13.968,31
Serviços de Consultoria.	6.600,00	6.600,00	6.600,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.	23.831,35	23.831,35	23.831,35
Locação de Mão de Obra.	-	-	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	120.993,07	120.993,07	120.993,07
Sentenças Judiciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Indenizações e Restituições.	-	-	-

Obras e Instalações.	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente.	4.930,00	4.930,00	4.930,00
Aquisição de Imóveis.	-	-	-
Pagamentos de Benefícios	4.176.512,47	4.176.512,47	4.176.512,47
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	3.263.798,01	3.263.798,01	3.263.798,01
Pensões.	906.051,49	906.051,49	906.051,49
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários.	6.662,97	6.662,97	6.662,97
Outros Benefícios Assistenciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Reservas dos Regimes Próprios de Previdência social	-	-	-
Reserva de Contingência.	-	-	-
TOTAL	4.685.004,53	4.685.004,53	4.685.004,53

2015

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA (R\$)	LIQUIDADADA (R\$)	PAGA (R\$)
Despesa Corrente			
Manutenção das Atividades do IPREVITA	594.630,67	594.630,67	594.630,67
Contratação por Tempo Determinado.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários do RPPS.	1.385,37	1.385,37	1.385,37
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	277.664,17	277.664,17	277.664,17
Obrigações Patronais.	-	-	-
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	48.199,43	48.199,43	48.199,43
Outros Benefícios Assistenciais.	50.603,37	50.603,37	50.603,37
Diárias - Pessoal Civil.	41.105,00	41.105,00	41.105,00
Material de Consumo.	9.742,43	9.742,43	9.742,43
Material de Distribuição Gratuita.	-	-	-
Passagens e Despesas com Locomoção.	14.333,63	14.333,63	14.333,63
Serviços de Consultoria.	23.600,00	23.600,00	23.600,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.	13.143,99	13.143,99	13.143,99
Locação de Mão de Obra.	-	-	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	111.358,52	111.358,52	111.358,52
Sentenças Judiciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-

Indenizações e Restituições.	-	-	-
Obras e Instalações.	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente.	3.494,76	3.494,76	3.494,76
Aquisição de Imóveis.	-	-	-
Pagamentos de Benefícios	6.117.809,04	6.117.809,04	6.117.809,04
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	4.397.306,09	4.397.306,09	4.397.306,09
Pensões.	1.713.774,01	1.713.774,01	1.713.774,01
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	6.728,94	6.728,94	6.728,94
Outros Benefícios Previdenciários.	-	-	-
Outros Benefícios Assistenciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Reservas dos Regimes Próprios de Previdência social	-	-	-
Reserva de Contingência.	-	-	-
TOTAL	6.712.439,71	6.712.439,71	6.712.439,71

2016

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA (R\$)	LIQUIDADADA (R\$)	PAGA (R\$)
Despesa Corrente			
Manutenção das Atividades do IPREVITA	682.042,16	682.042,16	682.042,16
Contratação por Tempo Determinado.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários do RPPS.	2.647,60	2.647,60	2.647,60
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	317.280,91	317.280,91	317.280,91
Obrigações Patronais.	-	-	-
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	59.483,13	59.483,13	59.483,13
Outros Benefícios Assistenciais.	58.576,51	58.576,51	58.576,51
Diárias - Pessoal Civil.	46.015,00	46.015,00	46.015,00
Material de Consumo.	8.856,25	8.856,25	8.856,25
Material de Distribuição Gratuita.	-	-	-
Passagens e Despesas com Locomoção.	5.877,22	5.877,22	5.877,22
Serviços de Consultoria.	4.675,00	4.675,00	4.675,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.	10.299,70	10.299,70	10.299,70
Locação de Mão de Obra.	-	-	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	149.406,29	149.406,29	149.406,29
Sentenças Judiciais.	-	-	-

Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Indenizações e Restituições.	14.698,55	14.698,55	14.698,55
Obras e Instalações.	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente.	4.226,00	4.226,00	4.226,00
Aquisição de Imóveis.	-	-	-
Pagamentos de Benefícios	7.628.082,64	7.628.082,64	7.628.082,64
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	5.824.682,20	5.824.682,20	5.824.682,20
Pensões.	1.794.736,38	1.794.736,38	1.794.736,38
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários.	8.664,06	8.664,06	8.664,06
Outros Benefícios Assistenciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Reservas dos Regimes Próprios de Previdência social	-	-	-
Reserva de Contingência.	-	-	-
TOTAL	8.310.124,80	8.310.124,80	8.310.124,80

2017

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA (R\$)	LIQUIDADADA (R\$)	PAGA (R\$)
Despesa Corrente			
Manutenção das Atividades do IPREVITA	722.740,78	722.740,78	722.740,78
Contratação por Tempo Determinado.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	2.902,68	2.902,68	2.902,68
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	338.944,45	338.944,45	338.944,45
Obrigações Patronais.	-	-	-
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	64.457,28	64.457,28	64.457,28
Outros Benefícios Assistenciais.	62.238,56	62.238,56	62.238,56
Diárias - Pessoal Civil.	46.180,00	46.180,00	46.180,00
Material de Consumo.	12.905,53	12.905,53	12.905,53
Material de Distribuição Gratuita.	-	-	-
Passagens e Despesas com Locomoção.	3.971,31	3.971,31	3.971,31
Serviços de Consultoria.	5.100,00	5.100,00	5.100,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.	12.240,43	14.240,43	14.240,43
Locação de Mão de Obra.	-	-	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	147.071,46	147.071,46	147.071,46

Sentenças Judiciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Indenizações e Restituições.	17.774,08	17.774,08	17.774,08
Obras e Instalações.	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente.	6.955,00	6.955,00	6.955,00
Aquisição de Imóveis.	--	-	-
Pagamentos de Benefícios	8.630.808,03	8.630.808,03	8.630.808,03
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	6.715.252,74	6.715.252,74	6.715.252,74
Pensões.	1.906.143,57	1.906.143,57	1.906.143,57
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários.	9.411,72	9.411,72	9.411,72
Outros Benefícios Assistenciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Reservas dos Regimes Próprios de Previdência social	-	-	-
Reserva do RPPS	-	-	-
Reserva de Contingência.	-	-	-
TOTAL	9.353.548,81	9.353.548,81	9.353.548,81

- **Apuração do resultado orçamentário dos últimos cinco exercícios.**

ESPÉCIE	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)
Receita Arrecadada	8.224.684,58	16.305.777,61	20.752.075,56	31.117.132,24	30.496.483,78
Despesa Executada	3.240.792,27	4.685.004,53	6.712.439,71	8.310.124,80	9.353.548,81
SUPERÁVIT	4.983.892,31	11.620.773,08	14.039.635,85	22.807.007,44	21.142.934,97

- **Análise do comportamento dos saldos das despesas inscritas em resto a pagar, evidenciadas pelos valores pagos e cancelados dos últimos cinco exercícios.**

VALOR	2013	2014	2015	2016	2017
Pago	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cancelado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

O valor realizado das Receitas e Despesas Orçamentárias confere com a Execução Financeira.

Houve uma **INSUFICIÊNCIA** de arrecadação no montante de R\$ 1.643.516,22 (hum milhão, seiscentos e quarenta e três mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos), o que significa uma redução de aproximadamente 5%, conforme segue abaixo:

RECEITA 2017		
Estimada	Arrecadada	Insuficiência
R\$ 32.140.000,00	R\$ 30.496.483,78	R\$ 1.643.516,22

A arrecadação abaixo da estimada se deve, essencialmente, à Receita Patrimonial, cujo comportamento em 2017 ultrapassou a tímida expectativa deixada pelo cenário contraproducente do exercício anterior.

Em seguida, às receitas de contribuições, que também ficou abaixo da estimada, foi em razão de ter sido efetuado um prognóstico estimativo de receitas com base no reajuste de salários dos servidores públicos, segurados pelo RPPS de Itapemirim, cuja data-base sempre se deu no mês de janeiro de cada exercício financeiro conforme dispõe a Lei complementar n. 092/2010. Entretanto, conforme Decreto n. 12.028, de 11 de agosto/2017, no exercício de 2017 o reajuste só foi aplicado no mês de agosto sem qualquer retroação.

Assim, tivemos uma redução de aproximadamente 2% (dois por cento) entre a receita arrecadada em 2016 e a receita arrecadada em 2017, conforme tabela abaixo:

COMPARATIVO DA RECEITA			
Natureza	2016	2017	Crescimento
Contribuição	R\$ 12.904.136,23	R\$ 14.624.944,65	13,3%
Patrimonial	R\$ 18.074.400,98	R\$ 15.821.935,06	-12,4%
Outras Receitas	R\$ 138.595,13	R\$ 49.604,07	-64,2%
TOTAL	R\$ 31.117.132,34	R\$ 30.496.483,78	-2,0%

- **Evidenciação dos valores da receita de contribuição do servidor e patronal, por órgão devedor e competência do exercício de 2017.**

RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO			
Órgão	Servidor	Patronal	Total
Prefeitura Municipal	R\$3.861.056,66	R\$ 7.722.113,12	R\$ 11.583.169,78
Câmara Municipal	R\$ 96.936,34	R\$ 193.872,35	R\$ 290.808,69
Autarquia SAAE	R\$ 500.046,33	R\$ 1.000.093,26	R\$ 1.500.139,59
Unidade Gestora (Iprevita)	R\$ 89.628,27	R\$ 64.457,29	R\$ 154.085,56
TOTAL	R\$4.547.667,60	R\$ 8.980.536,02	R\$ 13.528.203,62

- Evidenciação dos valores devidos de contribuição, por competência, e os valores efetivamente recebidos no exercício de 2017.

Órgão/Competência	Valor Devido (R\$)	Valor Recebido (R\$)	Diferenças (R\$)
Prefeitura Municipal			
Janeiro	957.306,81	957.306,81	0,00
Fevereiro	957.721,24	957.729,05	7,81
Março	895.480,80	895.482,97	2,17
Abril	946.764,43	946.764,43	0,00
Maiο	988.647,02	988.647,02	0,00
Junho	1.271.868,25	1.271.868,25	0,00
Julho	1.044.944,68	1.044.944,68	0,00
Agosto	1.142.875,39	1.142.875,39	0,00
Setembro	1.117.665,63	1.117.665,63	0,00
Outubro	1.120.357,27	1.120.357,27	0,00
Novembro	1.218.658,03	1.139.528,28	-79.129,74
Dezembro	1.117.711,38	0,00	-1.117.711,38
TOTAL	12.780.000,92	11.583.169,78	-1.196.831,14
Câmara Municipal			
Janeiro	22.832,01	22.832,01	0,00
Fevereiro	22.945,91	22.945,91	0,00
Março	23.687,29	23.687,29	0,00
Abril	28.736,90	28.736,90	0,00
Maiο	22.869,51	22.869,51	0,00
Junho	21.875,25	21.875,25	0,00
Julho	23.236,17	23.236,17	0,00
Agosto	22.582,54	22.582,54	0,00
Setembro	23.838,31	23.838,31	0,00
Outubro	26.489,10	26.489,10	0,00
Novembro	24.928,95	24.928,95	0,00
Dezembro	26.786,75	26.786,75	0,00
TOTAL	290.808,69	290.808,69	0,00
Autarquia SAAE			
Janeiro	130.741,23	130.741,23	0,00
Fevereiro	130.421,54	130.421,54	0,00
Março	133.894,03	133.894,03	0,00
Abril	136.650,95	136.650,95	0,00

Maio	130.492,11	130.492,11	0,00
Junho	135.177,70	135.177,70	0,00
Julho	130.470,05	130.470,05	0,00
Agosto	146.590,88	146.590,88	0,00
Setembro	151.361,40	151.361,40	0,00
Outubro	138.389,27	138.389,27	0,00
Novembro	135.950,43	135.950,43	0,00
Dezembro	150.642,74	0,00	150.642,74
TOTAL	1.650.782,33	1.500.139,59	150.642,74
Unidade Gestora (IPREVITA)			
Janeiro	11.083,31	11.083,31	0,00
Fevereiro	11.739,47	11.739,47	0,00
Março	11.986,74	11.986,74	0,00
Abril	13.718,46	13.718,46	0,00
Maio	11.466,22	11.466,22	0,00
Junho	10.951,04	10.951,04	0,00
Julho	11.250,45	11.250,45	0,00
Agosto	14.114,42	14.114,42	0,00
Setembro	14.068,93	14.068,93	0,00
Outubro	13.443,26	13.443,26	0,00
Novembro	14.313,45	14.313,45	0,00
Dezembro	15.949,81	15.949,81	0,00
TOTAL	154.085,56	154.085,56	0,00
EM RESUMO			
Órgão	Valor. Devido (R\$)	Valor Recebido (R\$)	Diferença (R\$)
Prefeitura Municipal	12.780.000,92	11.583.169,78	-1.196.831,14
Câmara Municipal	290.808,69	290.808,69	0,00
Autarquia SAAE	1.650.782,33	1.500.139,59	-150.642,74
Unidade Gestora (Iprevita)	154.085,56	154.085,56	0,00
TOTAL	14.875.677,50	13.528.203,62	-1.347.473,88

Na despesa, fixamos um valor de R\$ 32.140.000,00 (trinta e dois milhões, cento e quarenta mil reais), em observância ao princípio do equilíbrio orçamentário.

A despesa efetiva a executar equivale a um montante de R\$ 24.140.000,00, em virtude da Reserva do RPPS, cuja finalidade é constituir as Reservas Técnicas necessárias para eliminar gradualmente o déficit existente e assegurar os benefícios futuros:

DESPESAS 2017			
Fixação da Despesa	Reserva do RPPS	Despesa a Executar	Despesa Executada
R\$ 32.140.000,00	R\$ 8.000.000,00	R\$ 24.140.000,00	R\$ 9.353.548,81

Do montante demonstrado na execução da despesa orçamentária, tem-se que R\$ 722.740,78 referem às despesas com a Manutenção das Atividades do IPREVITA e R\$ 8.630.808,03 às despesas com Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Na despesa com a Manutenção das Atividades do IPREVITA são consideradas as seguintes despesas:

Gestão de Pessoal: Pagamento dos vencimentos dos servidores ativos e à disposição, bem como despesas com remuneração, férias, encargos, adiantamentos, benefícios, gratificações, auxílios, indenizações, diárias, abonos, obrigações patronais e outras despesas correlatas.

Manutenção da Unidade: Despesas com materiais de consumo, viagens e locomoção, capacitação de pessoal, contratação de terceiros, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, ampliação, manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados, e demais atividades necessárias para garantir a execução dos programas finalísticos.

Enquanto nas despesas com pagamento de Aposentadorias e Pensões, temos o seguinte:

R\$ 3.060.834,32 – Trata-se de pagamento aos aposentados e pensionistas segurados e mantidos pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itapemirim, na forma estabelecida nos incisos I e II do art. 7º, da Lei Municipal nº 2.539/2011.

R\$ 4.229.049,90– Trata-se de pagamento aos aposentados e pensionistas da Prefeitura e da Autarquia SAAE que obtiveram os seus benefícios concedidos antes da criação do IPREVITA, ou seja, antes de 31/12/2001, cujo pagamento é de responsabilidade do Tesouro Municipal nos termos do art. 96 da Lei Municipal nº 2.539/2011.

R\$ 1.340.923,81 – Trata-se de pagamento aos aposentados e pensionistas da Prefeitura, que por força da Lei Municipal nº 2.778/201, incluiu como segurado do RPPS de Itapemirim, o servidor estável abrangido pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cujo pagamento é de responsabilidade do Tesouro Municipal nos termos do art. 96-A da Lei Municipal nº 2.539/2011.

COMPARATIVO DA DESPESA			
Espécie	2016	2017	Crescimento
Manutenção das Atividades do IPREVITA	R\$ 682.042,16	R\$ 722.740,78	5,9%
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	R\$ 7.628.082,64	R\$ 8.630.808,03	13,1%
TOTAL	R\$ 8.310.124,80	R\$ 9.353.548,81	12,5%

Quanto aos recursos financeiros, o IPREVITA iniciou o exercício de 2017 com o saldo financeiro contábil de R\$ 99.977.135,89 (noventa e nove milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e trinta e cinco reais e oitenta e nove centavos) e finalizou com o saldo de R\$ 123.304.708,68 (cento e vinte e três milhões, trezentos e quatro mil, setecentos e oito reais e sessenta e oito centavos).

Diante do cenário econômico vivido em 2016, o qual impactou significativamente os investimentos dos RPPS em geral, em virtude de terem apresentado performance aquém do desejável, foi mantida a provisão para perdas em investimentos, denominada “Ajustes de perdas em Investimentos e Aplicações Temporárias”, em observância ao Princípio Contábil da Prudência.

A Gestão financeira do IPREVITA considerou o saldo existente suficientemente prudente para enfrentar o exercício de 2018, haja vista o comportamento da Receita Patrimonial de 2017, conforme abaixo:

RENDIMENTO DAS APLICAÇÕES			
Mês	Receita Patrimonial	Desvalorização da Carteira	Saldo
Janeiro	R\$ 1.935.198,11	R\$ 46.518,96	R\$ 1.888.679,15
Fevereiro	R\$ 3.783.137,68	-	R\$ 3.783.137,68
Março	R\$ 1.032.742,60	R\$ 122-239,08	R\$ 910.503,58
Abril	R\$ 175.065,97	R\$ 404.350,94	-R\$ 229.284,96
Maio	R\$ 71.311,61	R\$ 1.384.848,98	-R\$ 1.313.537,35
Junho	R\$ 265.250,32	R\$ 5.151,46	R\$ 260.098,85
Julho	R\$ 3.079.790,58	-	R\$ 3.079.790,58
Agosto	R\$ 1.567.103,96	R\$ 102.240,01	R\$ 1.464.863,96
Setembro	R\$ 2.106.017,60	-	R\$ 2.106.017,60
Outubro	R\$ 318.223,34	R\$ 396.239,50	-R\$ 78.016,16
Novembro	R\$ 240.245,51	R\$ 923.724,94	-R\$ 683.479,43
Dezembro	R\$ 1.443.771,44	-	R\$ 1.443.771,44
TOTAL	R\$ 16.017.858,72	R\$ 3.385.513,87	R\$ 12.632.344,85

O IPREVITA teve um crescimento acima de 23%, em seu saldo financeiro, conforme tabela abaixo:

2016	2017	Crescimento (%)
R\$ 99.977.135,89	R\$ 123.304.708,68	23,33

A composição, portanto, do saldo financeiro do IPREVITA no exercício de 2017 foi a seguinte:

EXERCÍCIO DE 2017	
Disponibilidade de Caixa	R\$ 79.748,57

Investimentos e Aplicações Temporárias	R\$ 123.224.960,13
TOTAL	R\$ 123.304.708,70

Quanto à distribuição dos valores nas instituições financeiras em 31/12/2017:

INSTITUIÇÃO	Valor	(%)
Banco do Brasil	R\$71.664.192,44	58,23%
Caixa Econômica federal	R\$ 41.168.695,81	33,35%
Banco do Estado do Espírito Santo	R\$ 10.471.820,43	8,42%
TOTAL	R\$ 123.304.708,68	100%

Na tabela a seguir são encontradas as informações pormenorizadas, referentes ao resultado financeiro do exercício de 2017, às estratégias de gestão e outras informações pertinentes:

PLANILHA DE ENQUADRAMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM FACE DA RESOLUÇÃO CMN Nº 3.922/2010 C/C RS CMN Nº 4.392/2014				
Fundos de Investimentos	Limite Resolução	Estratégia	Alocado (%)	Valor Alocado (R\$)
RENDA FIXA (artigo 7º)				
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100	100	-	-
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100	100	69,11	85.161.346,75
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15	-	-	-
FI RF/Referenciado RF - Retômo do subíndice do Índice IMA/Índices IDkA - Art. 7º, III, a	80	60	6,72	8.275.717,78
FI Índices RF/Reflexos do subíndice do Índice IMA/Índices IDkA - Art. 7º, III, b	80	10	-	-
FI de Renda Fixa/Referenciado em RF- Art. 7º, IV, a	30	20	12,26	15.107.479,05
FI de Renda Fixa - Reflexos de índices de referência de RF - Art. 7º, IV, b	30	10	-	-
Poupança - Art. 7º, V, a	20	-	-	-
Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, b	20	-	-	-
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15	-	-	-
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5	-	-	-
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5	-	-	-
Limite em Direitos Creditórios (7º, VI; VII, a; 7º, VII, b) - (RS 3.922/10 - Art. 7º, § 5º)	-	-	-	-
Total em Renda Fixa			88,09	108.544.543,58
RENDA VARIÁVEL (artigo 8º)				
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30	10	1,77	2.180.909,76

Fl de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20	10	-	-
Fl em Ações - Art. 8º, III	15	15	9,03	11.132.046,77
Fl Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5	0	-	-
Fl em Participações - fechado - Art. 8º, V	5	-	-	-
Fl Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5	2	1,11	1.367.460,00
Total em Renda Variável			11,91	14.680.416,53
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS - CAIXA/BANCO				79.748,57
TOTAL			100	123.304.708,68

- **Apuração do resultado financeiro dos últimos cinco exercícios.**

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS			
Exercício	Anterior	Atual	Resultado
2013	R\$ 41.488.261,41	R\$ 44.108.914,78	R\$ 2.620.653,37.
2014	R\$ 44.108.914,78	R\$ 57.690.225,33	R\$ 13.581.310,55
2015	R\$ 57.690.225,33	R\$ 72.479.368,67	R\$ 14.789.143,34
2016	R\$ 72.479.368,67	R\$ 99.977.135,89	R\$ 27.797.767,22
2017	R\$ 99.977.135,89	R\$ 123.304.708,68	R\$ 23.327.572,79

6. DOS INVESTIMENTOS

Os recursos financeiros do IPREVITA são aplicados seguindo a Resolução CMN nº 3.922/2010, que dispõe sobre as aplicações dos Regimes Próprios de Previdência Social, estabelecendo limites de concentração e diversificação em suas aplicações nos fundos de investimentos administrados pelos bancos públicos – no caso do Espírito Santo, o Banestes, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Todos os recursos são aplicados com o máximo cuidado no sentido de se cumprir com a obrigatoriedade do ente federado em manter equilibrada a balança financeira e atuarial do RPPS.

Assim, o IPREVITA tem apresentado crescimento gradativo em suas aplicações financeiras, garantindo a estabilidade de seus segurados.

Anualmente são definidas metas de rentabilidade a serem atingidas nas aplicações financeiras dos fundos. Em 2017, a meta atuarial foi formada pelo IPCA mais juros reais de 6%.

A gestão da aplicação dos recursos é própria, ficando as decisões financeiras a cargo do Conselho de Administração, de acordo com o artigo 71, III, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011.

O IPREVITA mantém contrato de consultoria em investimentos com a empresa Mais Valia Consultoria LTDA, a qual fornece demonstrativos detalhados, evidenciando que o IPREVITA tem conseguido capitalizar recursos para o pagamento dos benefícios previdenciários.

A responsabilidade, na unidade gestora, pela formalização das operações financeiras e de movimentação das contas do RPPS, de acordo com o artigo 77, IX, da Lei Municipal nº. 2.539, de 30 de dezembro de 2011, é do Diretor-Presidente em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro do RPPS, ambos possuidores de Certificação desenvolvida pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, CPA-10, validos até 04 de outubro de 2019 e, 16 de junho de 2018, na forma requerida pelos artigos 2º e 3º, inciso II, da Portaria MPS nº 155, de 15 de maio de 2008.

As movimentações financeiras do IPREVITA são feitas com a utilização do formulário Autorização de Aplicação e Resgate – APR, de acordo com o estabelecido no art. 3º, b, da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

O IPREVITA possui ainda o Comitê de Investimentos - instituído pela Portaria nº 11, de 01 de agosto de 2012, que é uma instância colegiada de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, auxiliando no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, perfilhando-se, assim, aos moldes exigidos pela Portaria MPS/GM nº 170, de 25 de abril de 2012, que alterou a Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011. O Comitê de Investimentos é composto por 03 membros, todos integrantes da Estrutura Técnico Administrativa do IPREVITA, indicados pelo Diretor-Presidente do IPREVITA, em que o seu presidente, obrigatoriamente, deverá possuir a certificação de que trata o § 2º da Portaria MPS n. 440/2014.

Importante ressaltar que os Membros do Comitê de Investimentos também atuam voluntariamente, não recebendo qualquer vantagem pecuniária pelo exercício da função.

A relação dos membros que compõem o Comitê de Investimentos, assim como os seus dados pessoais (nome, endereço, formação, telefone, e-mail e CPF), também estão inseridos na Relação de Responsáveis que acompanha este Relatório de Gestão.

- **Evidenciação da evolução do saldo dos Investimentos e Aplicações Temporárias dos últimos cinco exercícios.**

	2013	2014	2015	2016	2017
Saldo	43.677.627,37	56.228.856,08	72.213.415,47	99.727.431,07	123.224.960,11
Variação	(+) 2.682.392,69	(+) 12.551.228,71	(+) 15.984.559,39	(+) 27.514.015,60	(+)23.497.529,04

- **Evidenciação da meta atuarial fixada (IPCA + 6%) para os investimentos e o percentual efetivamente alcançado nos últimos cinco exercícios.**

	2013	2014	2015	2016	2017
Meta atuarial	12,27%	12,79%	17,31%	12,64%	9,05%
Rentabilidade alcançada	(-) 8,36%	12,32%	8,52%	20,77%	12,05%

- **Análise do cumprimento da política de investimentos do RPPS e do enquadramento destas aplicações aos limites legais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.**

Em 2017 o IPREVITA cumpriu fielmente a sua política de investimentos não incorrendo em desenquadramento dos ativos, ou seja, aqueles decorrentes de aplicações indevidas ou fora de seus limites regulamentares legais de forma direta por seus gestores. Abaixo apresentamos um quadro com os investimentos do IPREVITA, em termos percentuais por artigo da Resolução nº 3.922/10, diante da sua política de investimentos:

ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA					
Artigo	Classe	Valor (R\$)	% Carteira	Política de Investimento	Limite Res. 3.922/10
Renda Fixa					
Artigo 7º I, Alínea b	FUNDOS 100% TP (IMA ou IDkA)	85.161.346,75	69,11	100	100
Artigo 7º III, Alínea a	FUNDOS DE INVEST. RENDA FIXA REF (IMA ou IDkA)	8.275.717,78	6,72	60	80
Artigo 7º IV, Alínea a	RF e REFERENCIAL LIVRE	15.107.479,05	12,26	20	30
Total Renda Fixa		108.544.543,58	88,09		
Renda Variável					
Artigo 8º I	FIA INDEXADO IBOV. IBX OU IBX-50	2.180.909,76	1,77	10	30
Artigo 8º III	FUNDO DE AÇÃO	11.132.046,77	9,03	15	15
Artigo 8º VI	FUNDO INVEST. IMOBILIÁRIO	1.367.460,00	1,11	2	5
Total Renda Variável		14.680.416,53	11,91		

- **Evidenciação mensal do comportamento dos rendimentos das aplicações financeiras, segregados por segmento de aplicação, ocorridas no exercício financeiro.**

Abaixo apresentamos uma tabela com a rentabilidade dos investimentos, em 2017, por segmento da Resolução 3.922/10, lembrando que os investimentos do Artigo 7º referem-se ao segmento de renda fixa e os do Artigo 8º aos investimentos do segmento de renda variável.

RENTABILIDADE POR ARTIGO EM PERÍODOS FECHADOS (%)				
Estratégia	No Mês	No Ano	12 meses	24 meses
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	0,70 130,4	11,45 115,1	11,45 115,1	37,07 146,3
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	0,70 130,2	12,32 123,80	12,32 123,80	-39,43 155,5
Artigo 7º IV, Alínea a % do CDI	0,58 107,2	10,07 101,2	10,07 101,2	-25,41 100,3
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p	6,23 0,1	25,87 -1,0	25,87 -1,0	-73,91 -2,3
Artigo 8º III Var. IBOVESPA p.p	5,21 -0,9	19,66 -7,2	19,66 -7,2	-34,46 -41,8
Artigo 8º VI Var. IBOVESPA p.p	2,13 -4,0	14,54 -12,3	14,54 -12,3	-63,87 -12,4

- **Evidenciação da rentabilidade mensal de imóveis destinados a investimentos do RPPS.**

Não se aplica.

- **Relatório detalhado do último trimestre do exercício financeiro, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões.**

Abaixo apresentamos tabela que evidencia a relação risco/retorno do IPREVITA em janelas móveis de tempo:

ANÁLISE DE RISCO / RETORNO DA CARTEIRA							
	Qtd.	Perct.	Período	Rentabilidade (%)			Volat. Anual
				Carteira	IPCA + 6%	p.p. Index.	
Meses acima do Benchmark	15	62,5%					
Meses abaixo do Benchmark	9	37,5%	03 meses	0,56	2,40	-1,8	2,749
			06 meses	6,15	4,54	1,6	2,511
			12 meses	11,76	8,85	2,9	7,568
			24 meses	34,97	22,61	12,4	6,579
Maior rentabilidade da Carteira	4,09%	Mar/16	36 meses	-	-	-	-
Menor rentabilidade da Carteira	-1,39%	Nov/16	Desde o início	34,97	22,61	12,4	6,579

O IPREVITA manteve, ao longo de 2017, em torno de 69,11% dos seus recursos investidos em Fundos de Investimentos cujas carteiras são formadas exclusivamente por títulos públicos federais - que são aqueles com maior retorno e menor risco de crédito. Este é o maior exemplo do conservadorismo e proteção da carteira de investimentos do IPREVITA, levado a termo por sua direção, comitê de investimentos e Conselho em ano de tantas influências e crises econômicas e políticas enfrentadas pelo Brasil e com significativas influências no mercado financeiro nacional.

Outros aproximadamente 18,98% de seu patrimônio estavam investidos, em 31/12/2017, no segmento de renda fixa em fundos de baixo risco de crédito também.

No segmento de renda variável, na mesma data, estavam investidos aproximadamente 11,91% dos recursos financeiros previdenciários do IPREVITA em fundos com a participação da CAIXA nas atividades de gestora e/ou administradora destes 3 investimentos.

Abaixo segue tabela com as rentabilidades do IPREVITA em 2017, mês a mês, em comparação com a sua meta atuarial:

Rentabilidades da Carteira													
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent.Ano
2017	1,89	3,69	0,85	-0,21	-1,20	0,24	2,79	1,28	1,65	-0,06	-0,56	1,19	12,05
IPCA + 6%	0,89	0,75	0,78	0,56	0,82	0,26	0,73	0,72	0,62	0,91	0,74	0,91	9,05
p.p.lndx.	1,00	2,94	0,06	-0,77	-2,02	-0,02	2,07	0,56	1,03	-0,97	-1,31	0,28	3,00

Das Reuniões Realizadas pelo Comitê de Investimentos no Exercício de 2017

As Reuniões do Comitê de Investimentos do RPPS ocorreram de forma ordinária, sempre realizadas na sede da Autarquia e, assim como as reuniões dos conselhos, não foram realizadas por cronograma previamente estabelecido, mas convocadas ordinariamente ou mesmo extraordinariamente. A divulgação das reuniões, na forma exigida pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foram disponibilizadas com antecedências aos segurados e dependentes, através do site do IPREVITA (www.iprevita.com.br), as datas e locais das mesmas.

15/02/2017 às 10h30min – Reunião ordinária do Comitê de Investimentos, cujas tratativas se deram através da análise do relatório de Performance e Enquadramento do mês de dezembro de 2016, elaborado pela empresa Mais Valia, Consultoria Financeira, com a superação da meta atuarial no exercício de 2017, e em razão do bom momento nos fundos existentes, foi sugerida a concentração dos investimentos em fundos indexados IMA-B e o aumento dos investimentos no segmento de renda variável.

11/04/2017 às 10h30min – Reunião ordinária do Comitê de Investimentos, cujas tratativas se deram através da análise do relatório de Performance e Enquadramento do mês de março de 2017, elaborado pela empresa Mais Valia, Consultoria Financeira, com a superação da meta atuarial no exercício de 2017, e em razão do bom momento nos fundos existentes, foi sugerida a concentração dos investimentos em fundos indexados IMA-B e o aumento dos investimentos no segmento de renda variável.

13/06/2017 às 14h30min – Reunião ordinária do Comitê de Investimentos, e observou-se a volatilidade dos mercados, tudo em razão das gravações pela JBS do Presidente Temer, trazendo incertezas no mercado. Foi feita a análise do relatório de Performance e Enquadramento do mês de maio de 2017, elaborado pela empresa Mais Valia Consultoria Financeira, e mesmo com rendimentos negativos dos

meses de abril e maio, houve uma superação da meta atuarial do exercício de 2017, e em razão das incertezas do mercado, sugeriu-se a relocação dos investimentos em fundos indexados DI em 20% e em fundos IRF-M em 30%.

17/08/2017 às 14h10min – Reunião ordinária do Comitê de Investimentos, juntamente com os Srs. Geraldo Carneiro e Gustavo Assis Trancoso, respectivamente Diretor e Técnico da empresa UNILETRA Corretora de Valores, que demonstrando sua atuação no mercado, falou das vantagens em se comprar e vender Títulos Públicos Federais Direto, que pode ser acompanhado por uma planilha eletrônica, cultura pouco observada nos RPPS, que preferem comprar estes mesmos títulos através de fundos de investimentos de bancos, pagando uma taxa de administração cerca de 0,20% ao ano. O Diretor Administrativo Financeiro do Instituto observou que o IPREVITA já está preparado para aportar aplicações em Títulos Públicos Direto, desde janeiro do corrente ano, abrindo uma conta SELIC em um banco Público, para aproveitar as oportunidades de ofertas dos referidos títulos. Foi feita a análise do relatório de Performance e Enquadramento do mês de julho de 2017, elaborado pela empresa Mais Valia Consultoria Financeira, e mesmo com rendimentos negativos dos meses de abril, maio e junho, houve uma superação da meta atuarial do exercício de 2017, e em razão das incertezas do mercado, sugeriu-se a relocação dos investimentos em fundos indexados DI em 17% e em fundos IRF-M em 19%.

17/10/2017 às 15h15min – Reunião ordinária do Comitê de Investimentos, cujas tratativas se deram através da análise do mercado e do cenário econômico, que no lado internacional a maior fonte de incertezas está nos EUA, pois com a recente eleição do Presidente americano, houve muitas oscilações aos mercados e ao preço dos ativos e a movimentação geopolítica, especialmente da Ásia, vem caracterizando por divergências e ameaças contra a Coreia do Norte e no cenário brasileiro está muito complicado, em razão das diversas denúncias contra o presidente que talvez não consiga se manter mediante a pressão, e não sabendo quem poderá ser o próximo presidente. Que há uma previsão de taxa Selic para o próximo ano em 7% e o IPREVITA precisa superar a meta atuarial, tarefa muito árdua para se alcançar, considerando que 70% das aplicações devem ser realizadas obrigatoriamente em renda fixa, e analisando o relatório da empresa Mais Valia, Consultoria Financeira, e verificado o relatório “focus” de 08 de setembro de 2017, visando preparar a política de investimentos para o próximo ano, verificou-se os resultados obtidos e comparando-os com a atual política de investimentos, sugeriu-se alocar em renda fixa, fundos com 100% de Títulos Públicos e reduzir ao mínimo necessário as aplicações indexadas ao CDI, e na renda fixa variável, sugeriu-se aumentar o limite para 25% alocando em FI.

19/12/2017 às 15h15min – Reunião ordinária do Comitê de Investimentos, cujas tratativas se deram através da análise dos relatórios da Mais Valia, Consultoria Financeira, referente ao mês de novembro de 2017, onde constou que o IPREVITA continua superando a meta atuarial (IPCA+6%) na ordem de 2,80%. Continuando, foi feita uma análise para o próximo exercício, onde há uma preocupação muito grande em atingir a respectiva meta atuarial, sendo necessário em investir no seguimento de renda variável, pois no presente exercício os investimentos em renda variável superaram todos os fundos em renda fixa.

7. DA PERÍCIA MÉDICA

O Decreto Municipal nº 2.966, de 12 de maio de 2006 - que dispõe sobre o credenciamento de médicos para compor a Junta Médica oficial do Instituto de Previdência dos Servidores Público do Município de Itapemirim, foi revogado pelo Decreto nº 10.730, 27 de julho de 2016, objetivando melhorar as diretrizes administrativas de competitividade bem como propiciar a oportunidade de participação aos profissionais liberais de nossa região, outrossim, também firmar a competência própria desta Autarquia Municipal no credenciamento.

Desta forma, o IPREVITA instaurou processo de Credenciamento Público nº 01, em 30 de maio de 2016, com objetivo de cadastrar médicos para integrar a Junta Médica Oficial do Instituto de Previdência.

Entretanto, no processo de credenciamento não houve interessados até 31 de dezembro de 2017, razão pela qual o IPREVITA, durante o exercício de 2017, não ofertou em seu quadro de profissionais responsáveis pela prestação dos serviços de perícias médicas, sendo necessário em 2018 dar continuidade ao processo.

8. DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Lei Municipal nº. 2.539/2011, em seu art. 89, § 1º, fixou a taxa de administração em 2,00% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS de Itapemirim, relativamente ao exercício anterior, permitindo, ainda, que o RPPS possa constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os mesmos fins a que se destina a taxa de administração.

Base de Cálculo

DESPESA TOTAL COM FOLHA DE PAGAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2015 PARA FIXAÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE 2016.

Mês	Ativo	Inativo	Pensionista	Total
Prefeitura Municipal				
Janeiro	R\$ 4.829.884,64	R\$ 253.504,44	R\$ 106.849,45	R\$ 5.190.238,53
Fevereiro	R\$ 4.617.342,77	R\$ 269.274,64	R\$ 106.849,45	R\$ 4.993.466,86
Março	R\$ 4.467.089,58	R\$ 266.141,42	R\$ 106.824,66	R\$ 4.840.055,66
Abril	R\$ 4.710.865,83	R\$ 301.092,80	R\$ 107.260,36	R\$ 5.119.218,99
Mai	R\$ 4.366.364,18	R\$ 281.906,20	R\$ 107.260,37	R\$ 4.755.530,75
Junho	R\$ 4.399.394,06	R\$ 314.335,93	R\$ 107.260,37	R\$ 4.820.990,36
Julho	R\$ 4.317.597,17	R\$ 279.966,44	R\$ 111.199,85	R\$ 4.708.793,46
Agosto	R\$ 4.421.418,89	R\$ 276.513,26	R\$ 107.260,37	R\$ 4.805.192,52
Setembro	R\$ 4.459.859,28	R\$ 296.641,41	R\$ 107.260,37	R\$ 4.863.761,06
Outubro	R\$ 4.391.714,27	R\$ 305.673,73	R\$ 107.260,37	R\$ 4.804.646,37

Novembro	R\$ 4.477.759,30	R\$ 297.162,42	R\$ 107.260,37	R\$ 4.882.182,09
Dezembro	R\$ 5.065.994,63	R\$ 362.222,93	R\$ 210.581,26	R\$ 5.638.798,82
TOTAL	R\$ 54.525.284,60	R\$ 3.504.465,62	R\$ 1.393.127,25	R\$ 59.422.877,47
Câmara Municipal				
Janeiro	R\$ 119.232,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 119.232,87
Fevereiro	R\$ 116.081,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 116.081,87
Março	R\$ 128.456,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 128.456,38
Abril	R\$ 148.252,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 148.252,97
Maio	R\$ 129.335,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 129.335,41
Junho	R\$ 119.476,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 119.476,22
Julho	R\$ 118.071,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 118.071,15
Agosto	R\$ 115.773,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 115.773,23
Setembro	R\$ 119.881,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 119.881,21
Outubro	R\$ 127.161,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 127.161,70
Novembro	R\$ 130.237,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 130.237,84
Dezembro	R\$ 254.918,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 254.918,17
TOTAL	R\$ 1.626.879,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.626.879,02
Autarquia SAAE				
Janeiro	R\$ 450.160,25	R\$ 17.645,53	R\$ 4.468,92	R\$ 472.274,70
Fevereiro	R\$ 475.185,27	R\$ 19.226,31	R\$ 4.468,92	R\$ 498.880,00
Março	R\$ 506.633,97	R\$ 17.246,90	R\$ 4.930,52	R\$ 528.811,39
Abril	R\$ 515.500,10	R\$ 17.246,90	R\$ 4.930,52	R\$ 537.677,52
Maio	R\$ 510.030,89	R\$ 19.179,23	R\$ 4.930,52	R\$ 534.140,64
Junho	R\$ 521.221,01	R\$ 17.246,90	R\$ 4.930,52	R\$ 543.398,43
Julho	R\$ 494.781,68	R\$ 17.246,90	R\$ 4.930,52	R\$ 516.959,10
Agosto	R\$ 521.187,33	R\$ 17.246,90	R\$ 4.930,52	R\$ 543.364,75
Setembro	R\$ 523.817,43	R\$ 17.246,90	R\$ 4.930,52	R\$ 545.994,85
Outubro	R\$ 520.586,03	R\$ 17.246,90	R\$ 4.930,52	R\$ 542.763,45
Novembro	R\$ 489.159,56	R\$ 26.270,13	R\$ 4.930,52	R\$ 520.360,21
Dezembro	R\$ 567.362,10	R\$ 17.911,54	R\$ 9.861,04	R\$ 595.134,68
TOTAL	R\$ 6.095.625,62	R\$ 220.961,04	R\$ 63.173,56	R\$ 6.379.760,22
Unidade Gestora (IPREVITA)				
Janeiro	R\$ 28.499,09	R\$ 146.374,06	R\$ 24.759,45	R\$ 199.632,60
Fevereiro	R\$ 29.510,41	R\$ 166.207,99	R\$ 24.759,45	R\$ 220.477,85
Março	R\$ 33.307,74	R\$ 161.587,77	R\$ 29.860,18	R\$ 224.755,69
Abril	R\$ 38.233,05	R\$ 159.289,38	R\$ 26.443,93	R\$ 223.966,36
Maio	R\$ 28.452,26	R\$ 189.385,95	R\$ 25.099,04	R\$ 242.937,25

Junho	R\$ 36.857,94	R\$ 175.093,08	R\$ 28.700,01	R\$ 240.651,03
Julho	R\$ 28.357,28	R\$ 177.737,40	R\$ 26.861,78	R\$ 232.956,46
Agosto	R\$ 32.786,17	R\$ 178.822,82	R\$ 29.996,01	R\$ 241.605,00
Setembro	R\$ 29.745,53	R\$ 179.804,64	R\$ 26.859,04	R\$ 236.409,21
Outubro	R\$ 28.417,99	R\$ 184.794,94	R\$ 31.695,75	R\$ 244.908,68
Novembro	R\$ 29.062,16	R\$ 186.854,41	R\$ 28.017,75	R\$ 243.934,32
Dezembro	R\$ 34.655,63	R\$ 202.055,12	R\$ 35.295,22	R\$ 272.005,97
TOTAL	R\$ 377.885,25	R\$ 2.108.007,56	R\$ 338.347,61	R\$ 2.824.240,42

EM RESUMO				
Total das Remunerações dos servidores Ativos	Total dos Proventos de Aposentadoria	Total dos Proventos de Pensões	Percentual fixado na Legislação do RPPS	LIMITE MÁXIMO COM GASTO EM 2017
R\$ 62.625.674,49	R\$ 5.883.434,22	R\$ 1.794.648,42	2%	
TOTAL DA BASE DE CÁLCULO		R\$ 70.253.757,13		R\$ 1.405.075,14

Conforme demonstrado abaixo, verifica-se que o limite prescrito na Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011, foi observado em 2017.

TOTAL DA BASE DE CÁLCULO PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE DE GASTOS COM DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO RPPS		LIMITE DE GASTOS ADMINISTRATIVOS NO EXERCÍCIO DA PCA		DESPESA ADMINISTRATIVA EFETIVADA	SOBRAS DO CUSTEIO DAS DESPESAS
Ano	Valor (A)	Ano	Valor(B)	Valor(C)	Valor (B) - (C)
2016	R\$ 70.253.757,13	2017	R\$ 1.405.075,14	R\$ 722.740,78	R\$ 682.334,36

Licitações

Durante o exercício de 2017, o IPREVITA não realizou nenhuma modalidade licitatória.

Contratos

Em 2017 foram administrados 10 contratos de prestação de serviços. Abaixo, segue a relação dos contratos, evidenciados por prestador, objeto, prazo de duração e os valores totais envolvidos no exercício:

Nº	CONTRATADO	OBJETO	Prazo de Duração	VR. PG. EM 2017
005/2015	E & L Produções de Softwares Ltda.	Concessão de Licença de Uso e Serviços de Suporte e Manutenção de Softwares.	12 Meses	R\$ 27.953,40

006/2015	A & S Administração e Serviços Ltda.	Prestação de Serviços de Recepcionista e Servente de Limpeza / Conservação.	12 Meses	R\$ 45.003,03
001/2016	Mais Valia Consultoria Ltda.	Prestação de Serviços de Consultoria Financeira	12 Meses	R\$ 425,00
002/2016	João Luiz Rocha da Silva	Locação de Imóvel Comercial.	12 Meses	R\$ 10.972,70
003/2016	Banco do Brasil S.A.	Prestação de Serviços Previdenciários (Assessoria Atuarial).	12 Meses	R\$ 1.818,00
004/2016	Penha de Souza Jamariquei – ME.	Serviço de Acesso a Internet.	12 Meses	R\$ 1.221,02
005/2016	BPD – Serviço de Processamento de Dados.	Prestação de Serviços de Impressão de Contracheques.	12 Meses	R\$ 1.379,07
006/2016	L. R. S. Alves - ME.	Fornecimento de Pão Francês com 50 gramas - sem manteiga.	12 Meses	R\$ 1.187,06
007/2015	Marataízes Piúma Iri Internet Ltda - ME.	Prestação de Serviços de Aluguel de Espaço Publicitário no Site www.maratimba.com	12 Meses	R\$ 7.440,00
001/2017	Mais Valia Consultoria Ltda.	Prestação de Serviços de Consultoria Financeira	12 Meses	R\$ 4.675,00

9. DA EXECUÇÃO PATRIMONIAL

Os ativos financeiros são aqueles cuja realização independe de autorização orçamentária. São registrados no balanço patrimonial e fornecem recursos para pagamento de obrigações ou manutenção de operações.

No caso dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, no ativo financeiro estarão dispostos, substancialmente, os recursos provenientes das receitas de contribuições e receita patrimonial, os quais devem ser empregados exclusivamente para pagamento de benefícios previdenciários, à exceção da taxa de administração, conforme Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Os ativos não financeiros ou permanentes, normalmente, são destinados à manutenção das operações do RPPS e sua mobilização ou alienação ficam na dependência de autorização legislativa. Já os passivos financeiros referem-se principalmente às faturas de bens e serviços, benefícios previdenciários, entre outros, que estavam pendentes na data do encerramento do exercício. Também se referem a valores restituíveis de consignações em folha de pagamento.

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante em 2017 soma o total de R\$124.657.243,27 (cento e vinte e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e vinte e sete centavos), com a seguinte composição:

ATIVO CIRCULANTE	VALOR
Caixa e equivalentes	R\$ 79.748,57
Créditos a receber	R\$ 1.347.483,99
Investimentos	R\$ 123.224.960,13
Estoques	R\$ 5.050,58
TOTAL	R\$ 124.657.243,27

Os créditos a receber referem-se às contribuições do RPPS a receber.

Quanto aos investimentos, as informações financeiras mais relevantes foram abordadas na gestão financeira.

Quanto ao estoque, houve o ingresso, a título de material de consumo, do valor total de R\$ 11.144,12 (onze mil, cento e quarenta e quatro reais e doze centavos), conforme despesas liquidadas no decorrer do exercício.

Os ingressos em almoxarifado consideram os valores liquidados durante o exercício, não os empenhados, conforme art. 63, § 2º, inciso II, da Lei nº 4.320/64.

Conforme informações do setor responsável, as saídas foram na ordem de R\$ 9.517,77 (nove mil, quinhentos e dezessete reais e setenta e sete centavos).

Assim, o saldo apurado dos bens em almoxarifado que compõem o estoque do IPREVITA no encerramento do exercício foi o seguinte:

ESTOQUES	VALOR
SALDO EM 2016	R\$ 3.424,23
Entrada em Almoxarifado	R\$ 11.144,12
Saída em Almoxarifado	R\$ 9.517,77
SALDO EM 2016	R\$ 5.050,58

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O imobilizado do IPREVITA apresentou saldo de R\$ 153.754,70 (cento e cinquenta e três mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos), no final do exercício de 2017.

A movimentação em 2017 foi a seguinte:

IMOBILIZADO	SALDO EM 2016	SALDO EM 2017	
		Incorporações	Saldo
Bens Móveis	R\$ 71.767,17	R\$ 6.955,00	R\$ 78.722,17
Bens Imóveis	R\$ 105.640,25	-	R\$ 105.640,25
(-) Depreciação Acumulada	-R\$ 19.615,62	-R\$ 10.992,10	-R\$ 30.607,72
TOTAL	R\$ 157.791,80	-R\$ 4.037,10	153.754,70

A depreciação, exaustão e amortização dos bens móveis são calculadas pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado do IPREVITA e encaminhadas à Contabilidade para registro.

No entanto, ainda não há publicação de taxas próprias do município para a depreciação de bens, considerando a especificidade de cada bem, vida útil, etc., posto que o tema é jovem no âmbito do setor público municipal, o qual está se adequando gradativamente às novas regras.

PASSIVO CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE

O passivo circulante finalizou com um saldo de R\$ 30.202,65 (trinta mil, duzentos e dois reais e sessenta e cinco centavos), referentes à apropriação de férias por competência.

No passivo não circulante estão contabilizadas as provisões matemáticas previdenciárias, as quais apresentaram um saldo de R\$ 180.856.318,13 (cento e oitenta e milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e dezoito reais e treze centavos).

Entende-se por provisão matemática previdenciária a diferença entre os valores provisionados pelos RPPS para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano e as contribuições futuras correspondentes.

Ou seja, a provisão matemática previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente. Tais provisões devem ser calculadas por profissional habilitado, conforme Lei nº 9.717/98, de 27 de novembro de 1998.

Em 2017, os valores das Provisões foram atualizados de acordo com a Avaliação atuarial data-base 31/12/2017.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO DO EXERCÍCIO

O saldo das variações patrimoniais aumentativa do exercício de 2017 foi positivo, retroagindo substancialmente frente ao resultado do exercício anterior.

Apurou um resultado negativo de R\$ 12.907.721,93 (doze milhões, novecentos e sete mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e três centavos). Onde o exercício encerrou-se com um patrimônio líquido negativo de R\$ 56.075.522,81 (cinquenta e seis milhões, setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e um centavos), em decorrência da contabilização das provisões matemáticas previdenciárias.

O impacto significativo nesse resultado, portanto, decorre das provisões matemáticas previdenciárias, uma vez que são registradas como variações patrimoniais diminutivas, conforme se depreende das tabelas abaixo:

POSIÇÃO ATUAL DO PL					
VPA's	VPD's	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	PL
36.317.200,95	49.224.922,88	-12.907.721,93	124.810.997,97	180.886.520,78	-56.075.522,81

PL SEM PROVISÕES					
VPA's	VPD's	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	PL
36.317.200,95	12.771.476,08	23.545.724,87	124.810.997,97	30.202,65	124.780.795,32

PASSIVO FINANCEIRO 2017	VALOR
Passivo circulante	30.202,65
Créditos empenhados a liquidar 2017	R\$ 0,00
RPNP a liquidar 2016	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 30.202,65

No que se refere a variações qualitativas, que são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, em 2017, foram consideradas na incorporação de ativos as seguintes despesas de capital:

VARIAÇÕES QUALITATIVAS	VALOR
Equipamentos e material permanente	R\$ 6.955,00

Seguindo orientação do MCASP, foram consideradas apenas as variações qualitativas decorrentes das receitas e despesas de capital, considerando a relevância da informação.

Hodiernamente, já está sedimentado o entendimento quanto aos fatos permutativos que devem ser levados à demonstração ou não, conforme sua relevância, e de que forma.

10. DA GESTÃO ATUARIAL

A partir da primeira Reforma da Previdência Social, estabelecida pela Emenda Constitucional nº 20/1998, a Constituição Federal determinou, em seu art. 40, que seja assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que representa o ponto de equilíbrio entre as contribuições arrecadadas e os benefícios devidos. O instrumento para aferir tal ponto de equilíbrio e possibilitar o cumprimento do mandamento constitucional é dado pela Ciência Atuarial e, por essa razão, o art. 1º da Lei Federal nº 9.717/1998 estabeleceu, em seu inciso I, dentre os vários critérios de organização e funcionamento dos RPPS, a realização de avaliação atuarial em cada balanço anual, utilizando-se parâmetros gerais.

Por equilíbrio financeiro entende-se que as receitas previdenciárias arrecadadas durante um ano devem cobrir as despesas previdenciárias executadas no mesmo período. Por equilíbrio atuarial entende-se ainda que as contribuições previdenciárias futuras, trazidas a valor presente, devem ser suficientes para financiar as despesas futuras com benefícios, também trazidas a valor presente. Pode-se extrair desses conceitos que, de forma simplificada, o que for arrecadado deve ser suficiente para o pagamento dos benefícios oferecidos pelo RPPS, quer no curto ou no longo prazo.

As reavaliações atuariais deverão ter como data da avaliação o último dia do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação – 31 de março do ano subsequente, e serão elaboradas com dados cadastrais posicionados entre os meses de julho a dezembro do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação junto a Secretaria de Previdência Social/Ministério da Fazenda. No caso específico do RPPS de Itapemirim, as informações cadastrais sempre são tabuladas no mês de agosto.

Conforme parecer do atuário, a reavaliação atuarial do RPPS de Itapemirim em 2017 apresentou uma insuficiência atuarial, em relação à geração atual, de R\$ 80.089.399,71 (oitenta milhões, oitenta e nove mil, trezentos e noventa e nove reais e setenta e um centavos), cujo valor representa a diferença entre as reservas matemáticas necessárias (R\$ 203.394.108,39) e o valor do patrimônio - composto por saldo em conta corrente e aplicações, existente em Dezembro de 2017 (R\$ 123.304.708,68).

A fim de garantir a sustentabilidade do RPPS e o equilíbrio financeiro-atuarial exigido pela constituição Federal, o Município de Itapemirim, por meio da Lei Municipal 2.839/2014 c/c 2.907/2015, vem utilizando o

Plano de Amortização para equacionamento do déficit atuarial apontado na Avaliação de 2013, cujo resultado apresentou déficit previdenciário de R\$ 18.737.866,19.

O atual plano de amortização adotado pelo Município é através de aportes financeiros crescentes ao longo do período entre 2016 e 2042, conforme a tabela seguinte:

ANO	APORTE	ANO	APORTE
2016	R\$ 1.500.000,00	2030	R\$ 4.000.000,00
2018	R\$ 2.000.000,00	2032	R\$ 4.000.000,00
2020	R\$ 2.500.000,00	2034	R\$ 4.000.000,00
2022	R\$ 3.000.000,00	2036	R\$ 4.000.000,00
2024	R\$ 3.500.000,00	2038	R\$ 4.000.000,00
2026	R\$ 4.000.000,00	2040	R\$ 4.000.000,00
2028	R\$ 4.000.000,00	2042	R\$ 4.000.000,00

Há de ressaltar que a origem do Déficit Atuarial é consequência de aproximadamente 12 (doze) anos sem reservas, ou seja, desde 28/02/1990, quando se instituiu o RPPS no Município (Lei nº 1079/1990 - Estatuto do Servidor) até 31/12/2001 (vigência da Lei nº 1.672/2001 - que organizou o RPPS e criou o IPREVITA). Neste período o Município não fez a devida reserva, isto é, não formou ativos garantidores suficientes para fazer frente às obrigações futuras na cobertura dos benefícios oferecidos pelo RPPS.

Nas tabelas abaixo, estão descritos a empresa e o atuário responsável pela elaboração das avaliações atuarias, das variações/do comparativo do resultado atuarial (ativo e passivo) e dos aportes recebidos nos últimos cinco exercícios.

- **Da empresa contratada:**

Avaliação Atuarial	Empresa	CNPJ	Contrato	Valor (R\$)
2014	Banco do Brasil S.A	00.000.000/0001-91	005/2012	0,00
2015	Banco do Brasil S.A	00.000.000/0001-91	005/2012	0,00
2016	Banco do Brasil S.A	00.000.000/0001-91	005/2012	0,00
2017	Banco do Brasil S.A	00.000.000/0001-91	003/2016	1.818,00
2018	Banco do Brasil S.A	00.000.000/0001-91	003/2016	1.818,00

- **Do atuário responsável:**

AVALIAÇÃO TUARIAL	NOME	Nº DE REGISTRO NO MIBA
2014	Antônio Mário Rattes de Oliveira	1.162

2015	Antônio Mário Rattes de Oliveira	1.162
2016	Antônio Mário Rattes de Oliveira	1.162
2017	Antônio Mário Rattes de Oliveira	1.162
2018	Antônio Mário Rattes de Oliveira	1.162

• Das variações/comparativo do resultado atuarial (ativo e passivo):

PASSIVO	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)
Reservas matemáticas de benefícios a conceder.	74.164.850,10	76.413.958,98	106.245.152,68	136.261.542,81	166.365.967,12
Reservas matemáticas de benefícios concedidos.	7.507.343,44	11.522.650,28	21.419.326,88	29.403.394,80	37.028.141,27
TOTAL	81.672.193,54	87.936.609,26	127.664.479,56	165.664.937,61	203.394.108,39
ATIVO					
Valor presente dos parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Patrimônio líquido.	44.108.914,78	57.685.153,63	72.479.332,60	99.727.431,35	123.304.708,68
RESULTADO ATUARIAL	-37.563.278,76	-30.251.455,63	-55.185.146,96	-65.937.506,26	-80.089.399,71

• Dos aportes atuariais recebidos:

ÓRGÃO	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Prefeitura Municipal	1.543.796,69	2.195.808,58	0,00	1.281.900,00	0,00	6.368.004,17
Câmara Municipal	48.019,94	65.279,69	0,00	31.950,00	0,00	156.566,98
Autarquia SAAE	282.208,73	329.033,66	0,00	176.100,00	0,00	1.017.564,03
Unidade Gestora	9.870,46	17.250,02	0,00	10.050,00	0,00	43.679,12
Servidores cedidos	7.548,69	20.858,12	0,00	0,00	0,00	35.428,98
TOTAL	1.891.444,51	2.628.230,07	0,00	1.500.000,00	0,00	7.621.243,19

11. DA GESTÃO DE PESSOAL

Na constante busca pela excelência, e em decorrência da crescente demanda de cunho previdenciário, a Lei Municipal nº 2.708, de 26 de junho de 2013 instituiu o quadro próprio de servidores do IPREVITA, preenchido através de concurso público.

Atualmente, o quadro de pessoal do IPREVITA é formado por 07 servidores, sendo:

De provimento efetivo (mediante concurso público):

- 01 Procurador Autárquico – Ocupado pelo Servidor **José Cláudio Nunes Medeiros**;
- 01 Contador – Ocupado pela Servidora **Mailza Ribeiro do Nascimento Savino**;
- 01 Técnico em Contabilidade – Ocupado pela Servidora **Antônia Josefa Alves Jerônimo**;
- 02 Escriturários – Ocupados pelos Servidores **Isabela Ribeiro Marinuzzi e Maycon Alves Silva**.

Contratados:

- 01 Recepcionista;
- 01 Servente de limpeza;

As competências, atribuições e a respectiva política de remuneração inerente aos cargos de provimento efetivo estão detalhadas nos Anexos II e III da Lei nº 2.708/2013.

Quanto aos contratados, as atribuições e remuneração se encontram no Termo de Contrato n. 006/2015, firmado com a Empresa A & S Administração & Serviços Ltda.

Considerando o disposto no artigo 22, da Lei Municipal nº 2708, de 26 de junho de 2013, que estimula a permanente capacitação do servidor no desempenho de suas atribuições específicas e o seu constante desenvolvimento funcional, em 2016 os servidores efetivos do IPREVITA tiveram diversas capacitações, relativas às participações em cursos, palestras, seminários e congressos. As quais se encontram evidenciadas no tópico abaixo.

Principais ações realizadas em 2017

RECADASTRAMENTO

No mês de abril foi realizado o recadastramento anual, atualizando os dados pessoais dos aposentados e pensionistas segurados pelo IPREVITA. Tal ação, além de manter o banco de dados em dia, contribui para evitar que o IPREVITA pague nenhum benefício de forma indevida aos segurados. Tal procedimento foi instituído pela Lei nº 2.708, de 26 de junho de 2013. Em 2017 foram feitos 171 recadastramentos, destes 04 foram através de visitas domiciliares.

INFORMATIVO

Com o objetivo de levar informações, de forma continuada, aos seus segurados, à sociedade e aos órgãos de fiscalização, o IPREVITA em 2017 confeccionou 02 informativos que trouxeram em destaque as informações sobre as Eleições IPREVITA 2017, que tinha como objetivo a escolha dos membros do

Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como da Diretoria Executiva – Mandato 2018/2020.

O informativo foi distribuído aos servidores efetivos da Prefeitura, da Câmara Municipal e da Autarquia SAAE, bem como aos aposentados e pensionistas. O informativo impresso encontra-se disponível na sede do Instituto e em formato eletrônico no site www.iprevita.com.br.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

Foram abertos 79 processos administrativos, nos quais destacamos os de: aposentadoria, requerimento para benefício de pensão por morte, intimações/notificações/mandados judiciais, perícia médica; solicitação de compra de materiais e/ou serviços e, solicitações diversas.

Já os judiciais, totalizaram 06 processos sendo os mais demandados os de ação ordinária de direitos previdenciários.

TREINAMENTO

O treinamento e a capacitação de servidores e conselheiros, bem como dos próprios diretores, é um dos principais investimentos e um compromisso estratégico da atual Diretoria Executiva. Em 2017, foram realizadas 345 horas de capacitação, relativas às participações em cursos, palestras, seminários e congressos. Dentre os quais, destacamos a participação dos mesmos no Encontro Regional de Orientação Técnica – Juris 2017, que foi promovido pelo Tribunal de Contas em Cachoeiro de Itapemirim, que teve como objetivo a qualificação através do desenvolvimento dos seguintes temas: Registro de Atos de Pessoal com Enfoque nas Instruções Normativas TC nº 31/2014 e 38/2016; Gestão Patrimonial, avaliação e Depreciação; Jurisprudência de TCEES Aplicado a Administração Pública; Gestão Orçamentária e Financeira com Enfoque nas Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA); Contabilidade Aplicada ao Setor Público; e, Licitações Públicas; desenvolvendo suas competências, essenciais para o desempenho de suas funções.

Confira abaixo os eventos que contaram com a participação dos servidores, conselheiros e Diretores do IPREVITA no exercício de 2017:

Evento	Instituição	Local	Data	C.H.	Nº de Participantes		
					Servidor	Diretor	Conselheiro
Logística e Técnica Legislativa.	ESAFI	Vitória/ES	06 e 07/02/2017	16h	01	-	-
Prestação de Contas Anual para RPPS.	TCEES	Vitória/ES	08/03/2017	9h	01	02	-
XI Seminário Capixaba de Previdência.	ACIP	D. Martins - ES	11 e 12/05/2017	16h	04	02	15
Panorama de Investimento para 2017.	REVISTA RPPS DO BRASIL	São Paulo – SP	19 e 20/05/2017	16h	01	02	-
Elaboração do Orçamento Público.	ESAFI	Vitória-ES	08 e 09/06/2017	16h	01	02	-

Tomada de Contas Especial.	FEST	Vitória-ES	10 e 11/07/2017	16h	02	01	-
Registro de Atos de Pessoal com Enfoque nas Instruções Normativas TC nº 31/2014 e 38/2016.	TCEES	Cachoeiro de Itapemirim-ES	19/07/2017	8h	01	-	-
Curso Preparatório para o Exame Online de Certificação ANBIMA CPA-10.	ACIP	Vitória-ES	19, 20 e 21/07/2017	24h	02	-	-
Gestão Patrimonial, avaliação e Depreciação.	TCEES	Cachoeiro de Itapemirim-ES	25/07/2017	8h	03	-	-
Jurisprudência de TCEES Aplicado a Administração Pública.	TCEES	Cachoeiro de Itapemirim-ES	26 e 27/07/2018	16h		01	-
Gestão Orçamentária e Financeira com Enfoque nas Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA).	TCEES	Cachoeiro de Itapemirim-ES	31/07/2017 e 01/08/2017	16h	02	-	-
Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	TCEES	Cachoeiro de Itapemirim-ES	02, 03 e 04/08/2017	24h	02	-	-
Licitações Públicas.	TCEES	Cachoeiro de Itapemirim-ES	08/08/2017	8H	02	-	-
I Workshop Apimec de unidades Gestoras de RPPS do RJ e ES.	APIMEC RIO	Rio de Janeiro – RJ	10/08/2017	8h	-	02	-
Benefício Previdenciário	ACIP	Vitória-ES	14 e 15/08/2017	16h	03	-	-
Gestão da Folha de Pagamento e Remunerações dos Servidores Públicos.	ESAFI	Vitória-ES	30 e 31/08/2017	16h	02	-	-
17º Congresso Nacional de Previdência da Aneprem.	ANEPREM	Curitiba-PR	18, 19 e 20/09/2017	16h	01	02	-
Aspectos Polêmicos do Direito Previdenciário.	IEPREV	Vitória-ES	28/10/2017	8h	01	-	-
Implantando o eSocial em Órgãos Públicos.	GRUPO ECO BRAZIL	Vitória-ES	07 a 09/11/2017	24h	01	-	-
II Jornada de Estudos Previdenciários do Sudeste/ Curso de Regime Próprio do Servidor Público.	IBPD	Vitória-ES	09/11/2017	16h	01	-	-
5º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS.	ABIPEM	Brasília-DF	08, 09 e 10/11/2017	24h	-	01	02
Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis na área Pública.	FEST	Vitória-ES	20, 21 e 22/11/2017	24h	01	-	-

RESOLUÇÕES

Em 2017 foram elaboradas e publicadas 49 Portarias e 01 Resoluções, versando sobre matéria administrativa e previdenciária. Essas e todas as demais normativas encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <http://iprevita.com.br/iprevita/publicacoes/publicacoes-2017/> e <http://iprevita.com.br/iprevita/legislacao-previdenciaria/>, respectivamente.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2017 foi feita uma revisão do planejamento realizado em 2016 para adequar as ações e estratégias definidas. Das 21 ações, 15 foram realizadas.

Metas prioritizadas para 2018

Para o cumprimento da missão e visão do IPREVITA, foram definidas as estratégias de ação, abaixo relacionadas, para serem alcançadas em 2018:

ANÁLISE DE AMBIÊNCIA (MATRIZ SWOT)

	POSITIVO	NEGATIVO
AMBIENTE INTERNO	<p><u>Forças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * Credibilidade, acreditação e boa reputação organizacional da Instituição. * Quadro próprio de servidores concursados. * Empenho e experiência dos Conselheiros e Diretores no tema previdenciário. * Website sempre atualizado. * Boa comunicação interna e adequado compartilhamento de informações. 	<p><u>Fraquezas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * Dificuldade de realização do recenseamento previdenciário (abrangendo todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas do RPPS, com periodicidade não superior a 5 anos). * Número deficitário de servidores, em função das novas demandas. * Espaço físico está ficando pequeno para a demanda de serviço (servidores + arquivo de documentos + trâmite operacional)
AMBIENTE EXTERNO	<p><u>Oportunidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * Trabalhar juntamente com o poder executivo e legislativo local, assim como a autarquia SAAE de Itapemirim e o Sindicato dos Servidores Municipais nas causas previdenciárias. * Estabelecer parcerias com instituições financeiras, TCEES, Ministério da Previdência Social (MPS) – atualmente incorporado ao Ministério da Fazenda e associações/entidades previdenciárias. * Otimizar a atuação do IPREVITA nas redes sociais. 	<p><u>Ameaças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * Crise financeira e instabilidade do mercado financeiro. * Dependência da participação dos demais órgãos da esfera pública municipal para algumas ações administrativas, o que demanda cooperação e empenho de outros órgãos. * Novas Propostas de Emendas Constitucionais – PEC da Reforma da Previdência, e PEC que limita os gastos públicos federais por 20 anos.

ALGUMAS AÇÕES REALIZADAS

- Superação da meta atuarial, conforme previsto na Política de Investimentos de 2017 (IPCA + 6% ao ano).
- Qualificação e capacitação de servidores, diretores e conselheiros do IPREVITA.
- Realização do processo eleitoral para a escolha dos novos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, incluindo a indicação dos Diretores Executivos – Mandato 2018/2020.
- Confecção e distribuição de 02 informativos – destacando a Eleição IPREVITA 2017.
- Elaboração da Política de Investimentos para o Exercício de 2018.
- Recadastramento anual de aposentados e pensionistas;
- Estudos individuais – prévias de aposentadoria.

CONCLUSÃO:

O ano de 2017 foi um ano de desafios e expectativas para todos nós. Apesar do momento de turbulências e crise política no ambiente macroeconômico, somado ao cenário igualmente turbulento na política do

município de Itapemirim, o IPREVITA obteve resultados positivos e avanços importantes no cumprimento de suas diretrizes estratégicas, o que permite um olhar otimista em relação ao futuro.

A autarquia apresentou uma situação financeira equilibrada, mantendo sua capacidade de formação de reservas e refletindo um saldo crescente em relação ao exercício anterior. Por meio de um gerenciamento eficiente dos processos, com simplificação, disciplina, delimitação de prioridades e dedicação de seus gestores para com a coisa pública, os objetivos previdenciários de regime próprio vêm sendo atendidos em sua plenitude e, para conhecimento, no que tange à previdência futura de seus servidores, a proporção de ativos/inativos está na relação de 18,5 para 1, o que configura um quadro de conforto e estabilidade.

O ano de 2017 foi marcado ainda por um significativo avanço nas práticas de gestão e governança corporativa do IPREVITA, com destaque ao reforço do compromisso com a ética, integridade e transparência de suas ações. Foram direcionados esforços para a realização de cursos de capacitação e incentivos ao crescimento pessoal e profissional dos servidores, na busca da melhoria contínua das condições de trabalho. O período também foi marcado pela realização de um processo eleitoral para escolha de membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, assim como designação de uma nova Diretoria Executiva para o mandato 2018-2020.

Quando olhamos retroativamente para o ano de 2017, confirmamos o empenho de uma equipe competente e dedicada ao crescimento do IPREVITA. Agradecemos, portanto, aos servidores, amigos, parceiros e segurados que colaboraram para alcançarmos os resultados aqui apresentados. Contamos com cada um de vocês para continuarmos a construir um instituto de previdência de regime próprio mais conhecido e admirado a cada exercício, onde trilhamos a nossa história e, aqui, apresentamos mais uma etapa.

É o relatório que esta Diretoria Executiva apresenta.

Itapemirim-ES, 26 de março de 2018.

Wilson Marques Paz

Diretor Presidente

Alexandre Roger Maciel Ribeiro

Diretor Administrativo-Financeiro

José Carlos Rodrigues Coutinho

Diretor Previdenciário

“O Município de Itapemirim vem sofrendo constantemente, desde 2013, com a alternância e o afastamento de prefeitos, o que, por via de consequência, desencadeia também a troca dos gestores das pastas, secretários e servidores comissionados responsáveis por diversas atividades da municipalidade, incidindo em problemas no agendamento de reuniões e no atendimento de informações gerenciais, promovendo uma situação de conflito, incerteza, instabilidade política e gerencial, desconhecimento administrativo, descontinuidade e perda das memórias das ações e atos anteriormente realizados.”